



*Avaliação da percepção da qualidade das praias pelos visitantes:  
O Caso das Praias do Município de Grândola*

Adriano Miguel Wolf Sobral



*Avaliação da percepção da qualidade das praias pelos visitantes:  
O Caso das Praias do Município de Grândola*

Adriano Miguel Wolf Sobral

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Marketing e Promoção Turística

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor Doutor João Paulo da  
Conceição Silva Jorge

2015

*Avaliação da percepção da qualidade das praias pelos visitantes:  
O Caso das Praias do Município de Grândola*

***“Copyright”***

Adriano Miguel Wolf Sobral, estudante da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar do Instituto Politécnico de Leiria.

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o Instituto Politécnico de Leiria têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação/trabalho final de Mestrado, através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Professor Doutor João Paulo da Conceição Silva Jorge os meus sinceros agradecimentos por ter aceitado orientar o trabalho final e ter dado as melhores ideias para que este chegasse a ser realizado e terminado, sempre contribuindo com os seus conhecimentos bibliográficos e também metodológicos, pois sem a sua ajuda seria certamente mais difícil a sua realização.

À minha querida mãe, por toda a sua ajuda e suporte durante, não só o mestrado, mas também a licenciatura.

À minha grande amiga e namorada Joana Banza, um especial Muito Obrigado por todo o apoio e dedicação.

À minha família que sempre me apoiou em todos os objetivos pessoais propostos.

A todos aqueles que se disponibilizaram em responder ao questionário que contribuiu para os resultados finais do presente estudo e também aqueles que contribuíram para a obtenção de respostas de outros amigos e conhecidos.

A todos, um muito obrigado e um grande bem-haja por toda a simpatia, amizade e carinho demonstrados.

## RESUMO

As zonas costeiras são das mais preciosas regalias de Portugal, pois dão ao seu país inúmeras vantagens que, conjugando com o seu clima, possibilita o seu aproveitamento para os mais diversos tipos de atividades, turísticas, económicas, sociais, culturais e ambientais. Por todos esses motivos, é necessário que a gestão destes espaços seja eficazmente aplicada, para que a sua sustentabilidade seja garantida, preservando ao mesmo tempo toda a sua natureza para as gerações vindouras.

O crescimento do turismo a nível mundial leva a que seja necessária uma consciencialização para a importância da preservação desses espaços, porém são as leis que regulam os limites de utilização e formas de preservação dos mesmos.

Com a aposta de Portugal no turismo e com a inclusão do produto Sol e Mar no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), como um dos 10 principais produtos estratégicos para o desenvolvimento do Turismo de Portugal, o tema escolhido para a presente dissertação assume-se como potencialmente interessante para o país pois, com ele, passamos a perceber melhor o potencial, não só da zona costeira do Município de Grândola, como também de toda a costa portuguesa.

Os objetivos centrais deste estudo, baseiam-se na recolha de informação sobre as praias do Município de Grândola para que, no final, sejam caracterizadas, demonstrando a sua importância económica e turística para a região.

Com a recolha de dados, realizada através da aplicação de um questionário aos utilizadores destas praias, procurou-se determinar o perfil do utilizador destas e compreender as suas motivações. Também se procurou entender qual a necessidade do utilizador aquando da sua presença nestes espaços, para a prática das atividades que elege, entendendo ao mesmo tempo qual a sua sensibilização perante outras pessoas que pratiquem outras atividades, é um dos objetivos propostos. Desta forma, procura-se perceber, qual a distância ideal para separar a prática de diferentes atividades e, também, entender se existe necessidade de criar separações físicas para delinear diferentes espaços para cada tipo de atividade.

**Palavras-chave:** Gestão, Espaços Costeiros, Praias, Município de Grândola, sustentabilidade, turismo.

## ABSTRACT

Coastal areas are the most precious perks of Portugal, as they give to their country many advantages, combining with its climate, allows its use for different types of activities such as tourists, economic, social, cultural and environmental. For all these reasons, it is necessary that the management of these spaces is efficiently applied so that its sustainability is guaranteed, preserving its whole nature for future generations.

The growth of tourism worldwide leads us to an awareness for the importance of preserving these areas, however the laws are who regulate their limits of use and ways to preserve them.

With the commitment of Portugal in tourism and with the inclusion of the product “*Sun and Sea*” in the National Strategic Plan for Tourism, as one of the top 10 strategic products for the development of tourism in Portugal, the theme chosen for this thesis is assumed is as potentially interesting for the country because, with him, we come to better understand the potential not only of the coastal zone of the Municipality of Grândola, as well from all the Portuguese coast.

The main objectives of this study are based on gathering information about the beaches from Grândola County, characterizing them and demonstrating their economic and tourist importance for the region.

With data collection, performed by applying a questionnaire to the users of these beaches, we tried to determine the user profile of and understand their motivations while visiting them. It also sought to understand what is the need of the user at the time of their presence in these areas, to practice the activities that elects, understanding at the same time their awareness of other persons practicing other activities. In this way, we seek to understand what is the ideal distance to separate the practice of different activities practiced at the beach, and also, understanding if there is need for physical separations to outline respectful space for each type of activity.

**Keywords:** Management, Coastal Areas, Beaches, Municipally of Grândola, Sustainability, Tourism.

## INDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. ENQUADRAMENTO	2
1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	4
1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	4
2. REVISÃO DA LITERATURA – TURISMO EM ZONAS COSTEIRAS	7
2.1. TURISMO DE SOL E MAR: UTILIZAÇÃO DA PRAIA COMO PRODUTO TURÍSTICO	7
2.1.1. Por uma definição de turismo costeiro	7
2.1.2. A praia como produto turístico	9
2.2. IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DO TURISMO EM ZONAS COSTEIRAS	12
2.3. TURISMO E SUSTENTABILIDADE: PRINCIPAIS IMPACTOS E DESAFIOS	16
2.3.1. Turismo e sustentabilidade	19
2.4. GESTÃO DAS ZONAS COSTEIRAS	20
2.4.1. Uso Recreativo dos Espaços Costeiros	25
3. ABORDAGEM À ÁREA EM ESTUDO	27
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL ALENTEJANO	27
3.1.1. Clima	28
3.1.2. Agitação Marítima	29
3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS PRAIAS EM ESTUDO	29
3.2.1. Troia – Praia do Bico das Lulas	32
3.2.2. Praia da Comporta	33
3.2.3. Praia do Carvalhal	35
3.2.4. Praia da Galé - Fontainhas	36
3.2.5. Praia de Melides	38
4. METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS	41
4.1. METODOLOGIA	41
4.1.1. Recolha de informação e estruturação do inquérito	42

4.1.2.	Determinação da amostra _____	43
4.1.3.	Métodos estatísticos de análise _____	44
4.2.	ANÁLISE DE RESULTADOS _____	44
4.2.1.	Caraterização sociodemográfica dos visitantes _____	44
4.3.	PERCEÇÕES DOS VISITANTES _____	48
5.	CONCLUSÕES _____	63
5.1.	CONCLUSÕES DA REVISÃO TEÓRICA _____	63
5.2.	CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA _____	64
5.3.	CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	70
	APÊNDICES _____	74
	APÊNDICE I _____	75

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Mapa do Município de Grândola .....	3
Figura 2.2. Conceito de Zona Costeira (limites) .....	21
Figura 3.3. Localização das Praias estudadas.....	31
Figura 3.4. Imagem aérea da Praia do Bico das Lulas (Troia) .....	32
Figura 3.5. Imagem aérea da Praia da Comporta .....	33
Figura 3.6. Imagem aérea da Praia do Carvalhal.....	35
Figura 3.7. Imagem aérea da Praia da Galé- Fontainhas .....	36
Figura 3.8. Imagem aérea da Praia de Melides.....	38

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 - Emprego em atividades marítimas em Portugal.....	15
Quadro 4.2. Quadro de resultados em género .....	44
Quadro 4.3. Quadro de resultados em faixa etária .....	45
Quadro 4.4. Quadro de resultados de concelho de residência .....	46
Quadro 4.5. Quadro de resultados das habilitações literárias.....	47
Quadro 4.6. Quadro de resultados de atividade profissional.....	47
Quadro 4.7. Atividades referidas dos visitantes .....	48
Quadro 4.8. “Incomoda-o(a) que estejam pessoas ao seu lado a praticar outras atividades?” .....	49
Quadro 4.9. "Incomoda-o(a) que estejam pessoas ao seu lado a praticar a mesma atividade?" .....	50
Quadro 4.10. “Praia onde costuma praticar com mais frequência as atividades referidas”	50
Quadro 4.11. “Praia com espaços suficientes para a prática de diferentes tipos de atividades?” .....	51
Quadro 4.12. “Tendo em conta as atividade(s) que costuma praticar quando vai à praia, incomoda-o(a) ter pessoas junto a si a praticarem outras atividades?” .....	51
Quadro 4.13. “Qual é, na sua opinião, a distância mínima que deveria haver para pessoas que estejam na praia a praticar diferentes tipos de atividades?” .....	52
Quadro 4.14. Tamanho das ondas (preferência).....	53
Quadro 4.15. Força do vento (preferência).....	54
Quadro 4.16. Direção do vento (preferência) .....	54
Quadro 4.17. Força das correntes marítimas (preferência) .....	55
Quadro 4.18. Amplitude das marés (preferência).....	55
Quadro 4.19. Respostas da questão 20 à 23 .....	56
Quadro 4.20. Respostas da questão 26 à 29 .....	57
Quadro 4.21. Caracterização da praia.....	58
Quadro 4.22. Acessos à praia (caracterização).....	59
Quadro 4.23. Respostas da questão 36 à 40 .....	60

Quadro 4.24. Intensidade do uso da praia (caracterização).....	61
Quadro 4.25. Classificação da praia (caracterização).....	62

## **INDÍCE DE GRÁFICOS**

Gráfico 2.1. Peso relativo dos sectores da economia do mar (volume de negócios)..... 13

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CE – Comissão Europeia;

DR – Diário da República;

ENGIZC - Estratégia Nacional Para a Gestão Integrada da Zona Costeira;

GIZC – Gestão Integrada de Zonas Costeiras;

ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade;

INE – Instituto nacional de estatística;

MAOT - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;

NW – Noroeste

OMT – Organização Mundial do Turismo;

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo;

PIB – Produto Interno Bruto;

PNTN - Programa Nacional de Turismo de Natureza;

POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira;

RCM – Resolução do Conselho de Ministros;

SPSS- Statistical Package for the Social Sciences;

THR - Acesores en Turismo Hotelaría y Recreación, S.A.

UNEP – United Nations Environment Programme;

WCED - *World Commission on Environment and Development*;

WTO – World Tourism Organization;

ZEE – Zona Económica Exclusiva.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho vai incidir sobre o estudo de caso acerca das praias do Município de Grândola, nomeadamente as praias do Bico das Lulas (Troia), praia da Comporta, praia do Carvalhal, praia da Galé e a praia de Melides.

Como questões de investigação temos:

- *As praias do Município de Grândola são adequadas para a prática de diferentes tipos de atividades?*
- *Deveria existir alguma separação física para delinear áreas diferentes para cada tipo de atividade?*
- *Qual o perfil do utilizador das praias do Município de Grândola?*
- *Serão as praias potencialmente interessantes numa perspetiva de produto para o turismo da costa alentejana?*

O principal objetivo deste trabalho foi verificar a gestão e o uso recreativo destes espaços costeiros, tendo como base o modelo de análise de Phillips e House (2009).

O setor terciário, ou seja, o setor dos serviços, segundo informações do Instituto Nacional de Estatística (INE), representava em 2001, no Município de Grândola, 63% da população empregada e, sendo o turismo uma atividade deste setor, podemos afirmar que é uma atividade que tem grande influência e importância económica para a região.

Assumindo um crescente valor para o turismo nacional, as zonas costeiras são um dos principais atrativos do turismo de Portugal, sendo inúmeras as praias existentes por todo o país. “*A zona costeira de Portugal Continental estende-se por cerca de 950 km e alberga 3/4 da população, os principais centros de decisão política, polos comerciais e industriais e oportunidades de emprego, o que lhe confere uma elevada importância a nível nacional, documentada pela sua contribuição para o PIB, estimada em 85%.*” (Santos, 2006, p.173)

Portugal possui uma costa rica e diversificada, capaz de acolher qualquer tipo de eventos náuticos. No que diz respeito ao turismo de sol e mar, Portugal tornou-se um destino de

eleição para muitos turistas, contribuindo para isso a agregação de um clima mediterrânico, que atinge temperaturas bastante agradáveis ao longo do ano.

Segundo a World Tourism Organization (WTO), citado por Neves (2009, p.5), “*De acordo com a OMT<sup>1</sup> o turismo está a crescer 4% por ano, o que faz com que este sector seja o que está a crescer mais rapidamente a nível mundial e prevê-se que venha a crescer ainda mais no futuro*”. O aumento da população mundial tem sido uma das principais causas para o crescimento da procura turística de sol e mar. Também o surgimento de novas atividades náuticas, como o *surf*, mergulho, *kitesurf*, entre outras, contribuem para este aumento populacional nas praias de todo o mundo. Para além destas atividades náuticas existe, também, uma grande série de atividades que podem ser praticadas nas praias, o que leva a que muitas vezes seja grande o número de pessoas a utilizarem estes espaços.

### 1.1. ENQUADRAMENTO

Para a realização do presente estudo, foram selecionadas cinco praias, todas elas localizadas na costa alentejana, pertencentes ao Município de Grândola. As praias em estudo são: praia do Bico das Lulas (Troia), praia da Comporta, praia do Carvalhal, praia da Galé e a praia de Melides.

Segundo o *website* do Litoral Alentejano (2015), a sua sub-região abrange cinco concelhos localizados nos distritos de Setúbal e Beja, numa área geográfica de 5261 km<sup>2</sup> onde residem aproximadamente 100.000 habitantes. O Litoral Alentejano localiza-se entre Lisboa e o Algarve, sendo que tem uma posição geoestratégica excelente e possui inúmeros recursos naturais tais como abundância do montado de sobreiro, excelente pescado, assim como uma das maiores plataformas marítimas europeias, localizada em Sines, que contribui significativamente para o desenvolvimento económico do país e da região. O Concelho de Grândola pertence administrativamente à Região do Alentejo e à sub-região do Litoral Alentejano, conjuntamente com os Concelhos de Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines.

---

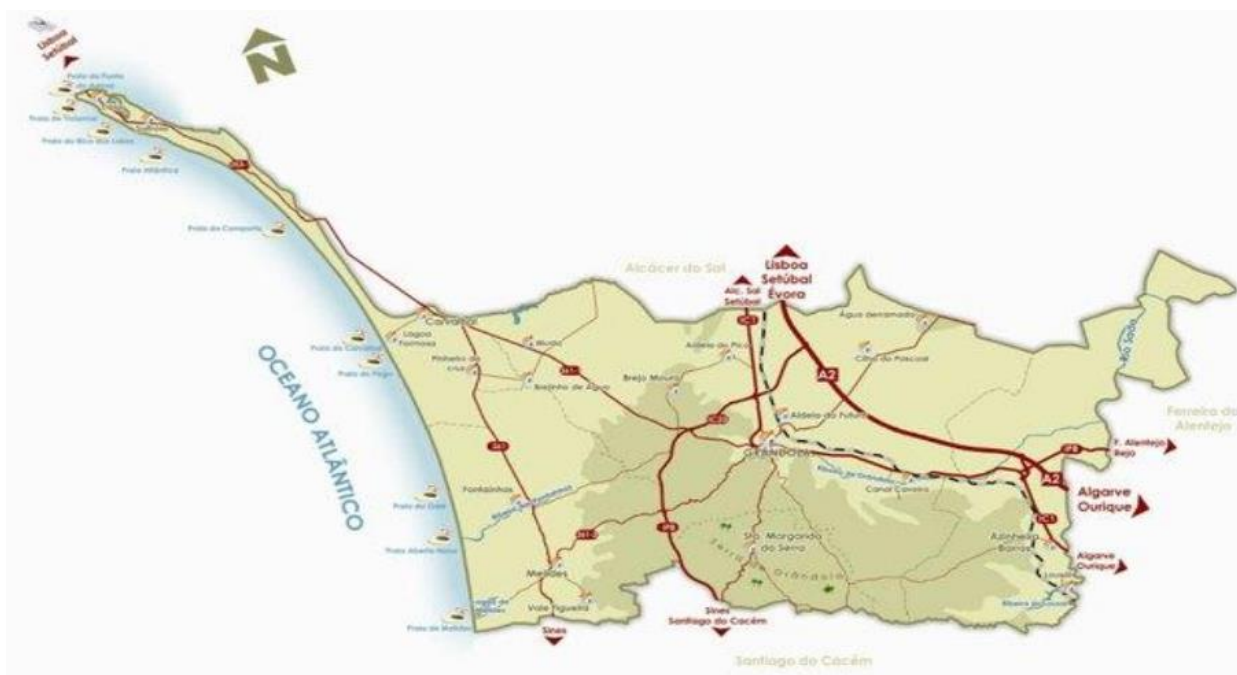
<sup>1</sup> Organização Mundial do Turismo

De acordo com a Câmara Municipal de Grândola, do extremo da Península de Troia até à praia de Melides, numa extensão de 45 km, a costa do Concelho de Grândola, é a maior extensão de praia do país e a terceira maior do mundo.

Apesar da proximidade entre as praias em estudo, conseguimos facilmente detetar diferenças consideráveis em todas elas, da areia à ondulação, bem como nas correntes marítimas ou até na própria paisagem/envolvente, conseguimos detetar cada uma das praias. Cada uma com a sua própria beleza e traços que as caracterizam individualmente.

De seguida será apresentada uma ilustração que corresponde ao mapa do Município de Grândola.

**Figura 1.1. Mapa do Município de Grândola**



Fonte: <http://www.cm-grandola.pt/pages/452>

## 1.2. OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

De um modo geral, esta investigação tem como objetivo conhecer as necessidades dos utilizadores das praias Portuguesas em geral, e em particular das praias do Município de Grândola, sendo também traçados objetivos como:

- Identificar o perfil do utilizador das praias;
- Identificar o seu comportamento;
- Determinar qual o nível de sensibilização perante a sustentabilidade do destino;
- Identificar quais as motivações que levam os utilizadores a ir até à praia;
- Identificar as necessidades e formas de estar destes utilizadores nas praias;
- Entender a importância das praias para o Município de Grândola aquando da sua promoção turística.

## 1.3. ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para a elaboração do presente trabalho de investigação, foi necessário compreender e estudar as motivações de cada visitante das praias do Município de Grândola para, conseqüentemente atuar numa linha que possibilite incrementar os resultados desejados.

O presente trabalho está dividido em *cinco* etapas principais: A primeira é a introdução onde vão ser mencionados os objetivos deste trabalho, as questões de investigação, o enquadramento e também será dedicado um ponto à organização da dissertação. De seguida vai ser realizada uma revisão da literatura onde serão abordadas três temáticas: O turismo em zonas costeiras e a sua sustentabilidade, as praias como um produto turístico, a gestão das zonas costeiras e, por último, o uso recreativo dos espaços costeiros. Posteriormente vai ser realizada uma análise da área em estudo onde será feita a caracterização do litoral alentejano, com ênfase no clima e na agitação marítima da área estudada, bem como a caracterização das praias em estudo. Na fase seguinte vai ser realizada uma análise dos dados recolhidos no questionário, incidindo primeiramente nas metodologias para dar a conhecer como se processou o estudo, seguindo-se uma análise

dos resultados obtidos e por último uma análise das percepções dos visitantes das praias. Por último será realizada a conclusão do estudo, onde faremos uma separação por forma a concluirmos primeiramente a parte teórica, passando pela parte empírica e finalmente uma conclusão final com as considerações finais ao estudo.



## **2. REVISÃO DA LITERATURA – TURISMO EM ZONAS COSTEIRAS**

Neste capítulo será abordada a questão do turismo em zonas costeiras, onde iremos tratar de temas como a sua importância económica e a sua sustentabilidade. Iremos também identificar os principais impactos e desafios, demonstrando a sua necessidade de ser gerida pelas entidades responsáveis. Por fim, iremos abordar a forma de utilização destes espaços como um local de recreio.

### **2.1. TURISMO DE SOL E MAR: UTILIZAÇÃO DA PRAIA COMO PRODUTO TURÍSTICO**

#### **2.1.1. Por uma definição de turismo costeiro**

O Turismo Costeiro e Marítimo é amplamente considerado como uma das áreas de mais rápido crescimento do turismo contemporâneo. Embora o desenvolvimento do turismo tenha sido espacialmente centrado na praia em boa parte dos últimos 60 anos, como é refletido, por exemplo, no *slogan* dos quatro "s" do turismo (*sun, sand, sea and sex*) o mar e o ambiente marinho como um todo tornou-se uma das áreas que mais cresce dentro da maior indústria do mundo. Os números exatos destes turistas permanecem desconhecidos. No entanto, como refere Hall (2001), a venda de "sol, areia e experiências de *surf*", o desenvolvimento de *resorts* de praia e a crescente popularidade do turismo marítimo (por exemplo, pesca, mergulho, *windsurf* e *iatismo*) tem colocado um aumento da pressão sobre as zonas costeiras, zonas cujo uso pode já estar altamente concentrada em termos de agricultura, povoamento humano, pesca e localização industrial (World Tourism Organization, 1996). No entanto, devido à natureza altamente dinâmica do ambiente costeiro qualquer desenvolvimento que interfere com o sistema natural costeiro pode ter consequências graves para a estabilidade a longo prazo do ambiente.

Segundo Hall (2001), o conceito de turismo costeiro abrange toda a gama de turismo, lazer e atividades recreativas orientadas que acontecem na zona costeira e nas águas costeiras *offshore*. Incluem o desenvolvimento turístico costeiro (alojamento, restaurantes, indústria alimentar, e segunda habitação) e as infraestruturas de apoio ao desenvolvimento costeiro (por exemplo, comércio de retalho, marinas e fornecedores). Também estão incluídas as atividades de turismo, tais como a náutica de recreio, ecoturismo baseado em ambiente

marinho, cruzeiros, natação, pesca desportiva, e mergulho. O Turismo marítimo está intimamente relacionado com o conceito de turismo costeiro, mas também inclui o turismo baseado em águas mais longínquas, como a pesca recreativa de alto mar e iatismo.

O turismo costeiro é fortemente dependente dos recursos naturais (clima, paisagem, ecossistemas) e culturais (património histórico e cultural, artes e ofícios, tradições, etc.). Engloba atividades que só podem ser realizados em áreas particulares e em condições específicas. Portanto, certas áreas são consideradas particularmente adequadas para tipos específicos de atividades turísticas, e tornaram-se conhecidas à escala global, por exemplo: a vela no Golfo do México, o surf nas praias da Austrália e Hawaii, ou o mergulho no Mar Vermelho (UNEP, 2009).

Além de condições físicas, o desenvolvimento do turismo nas zonas costeiras está relacionada com as características socioeconómicas do meio receptor, tais como os interesses da comunidade local, condições de saúde e segurança, fatores políticos, incluindo crises imprevisíveis, as flutuações da taxa de câmbio, e os modelos tradicionais de desenvolvimento/exploração. As condições ambientais, tais como condições climáticas imprevisíveis, tsunamis, tempestades e inundações, assim como muitas outras características constantes ou eventos inesperados, afetam o desenvolvimento do turismo nas zonas costeiras (UNEP, 2009).

Como definições para turismo costeiro e marítimo, Ecorys (2013) propõe as seguintes:

- Turismo marítimo abrange o turismo baseado nas actividades aquáticas (por exemplo, passeios de barco, vela, cruzeiro, desportos náuticos), mas inclui a operação de instalações de terra, o fabrico de equipamentos e serviços necessários para este segmento de turismo.
- Turismo costeiro abrange o turismo e atividades recreativas baseadas na praia (por exemplo, natação, surf, banhos de sol), e outras baseadas em áreas costeiras (todas as outras atividades de turismo e recreação que têm lugar nas áreas costeira, para as quais o proximidade do mar é uma condição), bem como os bens, serviços e indústrias associados a essas atividades.

O relatório Ecorys (2013) salienta ainda que o turismo não é normalmente definido como um sector económico nas estatísticas oficiais, sendo entendido como um conjunto de diferentes setores de serviços: como alojamento (hotéis e outras formas), restaurantes, serviços de transporte, operadores turísticos, etc..

### **2.1.2. A praia como produto turístico**

Segundo Kolb (2006) um produto pode ser um bem físico (algo tangível), um serviço, uma ideia, ou uma experiência. Assim o marketing de um destino é único, porque este é um produto composto por bens físicos (incluindo configurações geográficas e ambientais como uma praia), serviços e ideias, os quais combinados proporcionam uma experiência aos visitantes.

A Acesores en Turismo Hotelaría y Recreación, S.A. (THR, 2006), destaca que o produto de Sol e Mar surge como um dos 10 principais produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo de Portugal, definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). Assim, compreendemos a importância das praias estudadas como um produto, no desenvolvimento turístico não só de Portugal, mas principalmente para o Município de Grândola.

Para ajudar a compreender a distinção entre Destino Turístico e Produto Turístico, apresentamos de seguida alguns conceitos e definições sobre cada um deles. De acordo com a DG Empresas e Indústria (2013, p.10) “*um destino pode ser definido como:*

- *Uma zona geográfica que é atual ou potencialmente apelativa a visitantes/turistas;*
- *Um local ou zona que é reconhecido e pode ser facilmente definido como um destino turístico e que tem um conjunto de instalações e produtos instituídos para efeitos de turismo;*
- *Um local ou zona que é promovido como um destino;*

- *Um local ou zona onde é possível mensurar a oferta e procura de serviços turísticos, isto é, a economia de visitante;*
- *Um local ou zona em que o processo de gestão de visitantes inclui, regra geral, vários intervenientes dos setores público e privado em conjunto com a comunidade de acolhimento.”*

Dias e Cassar (2006) citado por Madeira (2010), referem-se ao destino turístico como sendo o suporte principal da atividade turística, pois ele compreende um conjunto de recursos, entre outros, os naturais, as infraestruturas, os diversos serviços oferecidos aos turistas e a própria cultura dos habitantes.

Para Valls (2006) citado por Barbosa (2011, p.27) um destino turístico é “*composto de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar.*”

Existem várias definições para produtos turísticos, das quais destacamos a de Cardozo (2006) que define o produto turístico como os bens e serviços prestados, comercializados e/ou utilizados, onde estão englobados os hotéis, o sector alimentar, o sector dos transportes, guias e outros serviços que podem ser encontrados nas localidades turísticas.

Já Ruschmann (1991), citado por Cardozo (2006), elucida produto turístico como sendo um conjunto de bens e serviços unidos por relações de interação e interdependência que o torna extremamente complexo. É distinguido pelas suas singularidades quando comparado com os bens industrializados e comércio, assim como os demais tipos de serviços. Lage e Milone (1991), citado por Cardozo (2006), acrescentam que o produto turístico tem como elementos as atrações turísticas, fazendo com que determinem a decisão do turista em visitar este ou aquele destino.

Barbosa (2011) explica que é fundamental compreender os aspetos subjacentes da competitividade dos produtos turísticos para poder organizar a sua oferta, sejam esses produtos novos ou já existentes, de forma a proporcionar um desenvolvimento estratégico dos destinos e regiões onde estão inseridos. O mesmo autor refere ainda que são os produtos turísticos que determinam o quão interessante é um destino.

Existem vários destinos que competem com Portugal no sector de Sol e Mar, que tal como a THR (2006) nos indica, Portugal surge em 2004 como 8º no ranking de destino Europeu de Sol e Mar, num quadro que é liderado pela Espanha, Turquia e Grécia.

De acordo com o relatório do PENT (2012), podemos verificar que os principais mercados emissores de turistas que procuram o produto Sol e Mar, a nível europeu, são a Alemanha, Reino Unido, Escandinávia, Rússia, França, Holanda, Itália e Áustria, representando 75% do mercado europeu.

Para fazer face aos principais concorrentes no que diz respeito à promoção de Portugal para o turismo de Sol e Mar, foram identificados no relatório do PENT (2012) os seguintes fatores de competitividade:

1. Elevado número de praias de qualidade, galardoadas com Bandeira Azul;
2. Beleza das praias, de areia branca;
3. Número de horas de sol durante todo o ano;
4. Reconhecimento do Algarve como destino de sol e mar;
5. Hospitalidade e segurança.

Desta forma compreendemos que dentro do “destino” Portugal, existem vários produtos que podem também eles ser vistos como Destinos. Exemplo disso é o Município de Grândola que tem como principais produtos turísticos, as suas praias.

Com o presente trabalho, procuramos demonstrar a importância do produto “praia” para o desenvolvimento do turismo português em geral e do Município de Grândola em particular.

A qualidade e a consolidação da imagem de um destino dependem dos produtos que tem associados. Peixoto (Publituris 2008) indica que *“os sistemas de qualidade, tanto nas empresas como nos destinos, são vitais para a credibilização e consolidação da imagem, e para a criação de condições favoráveis ao lançamento de novos produtos e na conquista de novos mercados, resultando em vantagens competitivas evidentes para as empresas e para os destinos turísticos”*.

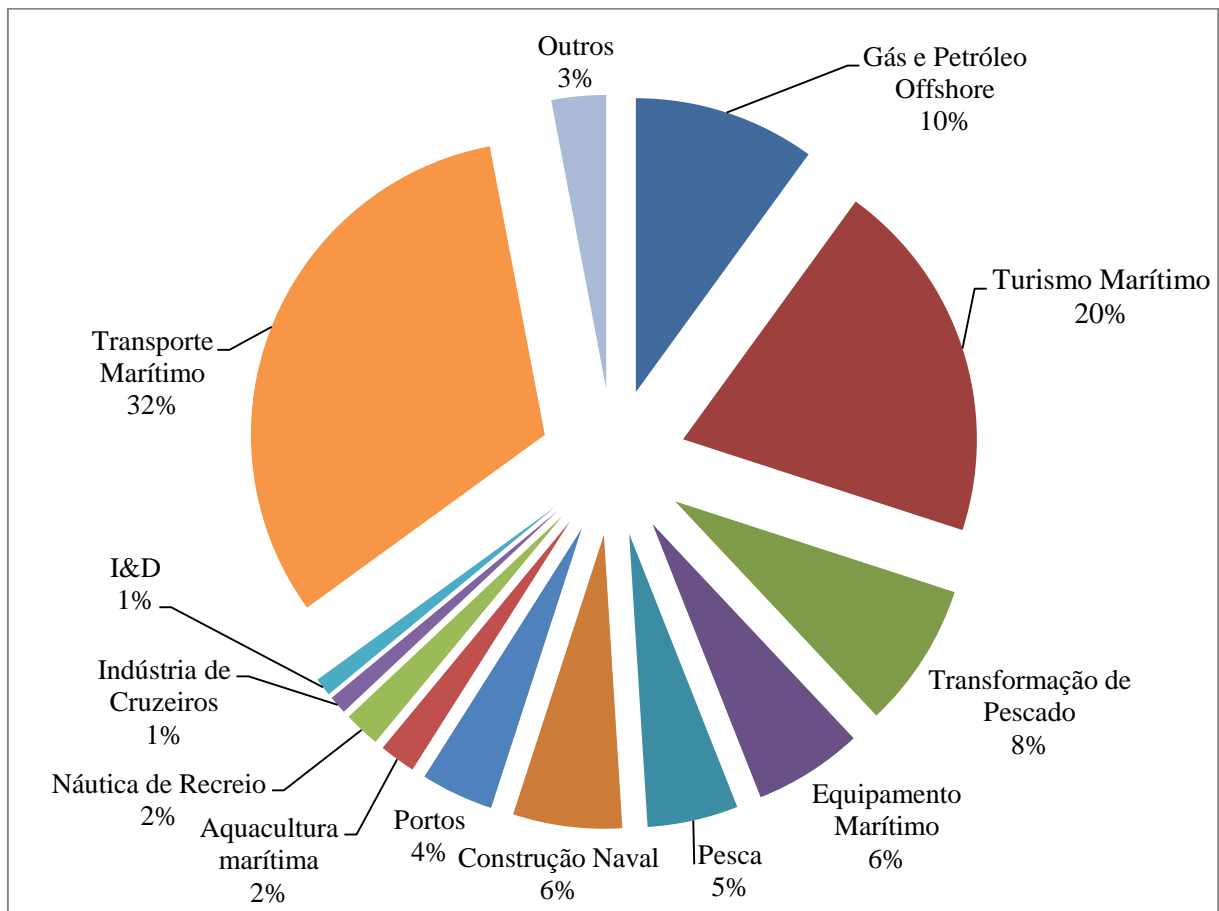
## 2.2 IMPORTÂNCIA ECONÓMICA DO TURISMO EM ZONAS COSTEIRAS

A expressão «economia do mar», apesar de estar hoje bastante em voga em Portugal, é uma expressão recente e ainda destituída de conteúdo preciso. De acordo como relatório COTEC (2012), a economia do mar pretende ser mais do que o valor conjunto de todos os setores e atividades marítimas para a economia nacional. A visão integrada da economia do mar permite interligar as atividades marítimas económicas e encontrar sinergias entre elas que as potenciem; permite antever novas atividades económicas; aumenta a dimensão económica do mar, ao agregar o valor produzido por todas as atividades e fileiras do mar no Produto Interno Bruto (PIB); e permite compreender o impacto ambiental cumulativo que essas atividades têm sobre o ecossistema marinho, que é, em absoluto, a base de toda a economia do mar e que é determinante salvaguardar.

Como acontece em Portugal, também à escala mundial ou europeia se revela difícil obter informação precisa sobre o setor do lazer e turismo costeiro, sendo que todos os estudos internacionais começam por salientar este facto. Independentemente das dificuldades estatísticas, à escala global, o setor do lazer e do turismo costeiro é um caso de sucesso e tem vindo a crescer a um ritmo elevado segundo o Relatório “O Hypercluster da Economia do Mar”, já citado Relatório SaeR (2009).

O mar, pela diversidade de atividades que impulsiona a nível mundial, movimentou um volume de negócios que, no ano de 2010, ascendeu a 1006 mil milhões de euros. O Turismo Marítimo, incluindo atividades que vão desde os desportos náuticos até aos cruzeiros de férias, com um volume de 204 mil milhões de euros representa 20% da denominada Economia Azul, logo após o Transporte Marítimo, principal sector de atividade (Gráfico 2.1).

**Gráfico 2.1. Peso relativo dos sectores da economia do mar (volume de negócios)**



Fonte: Ramos (2014)

Na Europa, continente no qual 43% da população vive em regiões costeiras (196 milhões de pessoas) e onde mais de 75% do comércio externo se realiza por mar (CCE, 2006), o Turismo Marítimo é o terceiro sector em volume de negócios, representando aproximadamente 42% do total mundial de 2010, merecendo ainda destaque o Transporte Marítimo e o sector da Energia Marítima Renovável.

Ecorys (2012) afirma que na União Europeia, as atividades marítimas geraram, em 2011, 555 mil milhões de euros em volume de negócios, estimando-se que em 2020, juntamente com a Noruega, este montante ascenda a 815 mil milhões de euros, criando emprego a 7 milhões de cidadãos.

Segundo Ribeiro *et al.* (2010) e Neves e Duarte (2013) citador por Ramos (2014), Portugal dispõe de uma costa com cerca de 2800 Km, incluindo as parcelas insulares e a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da União Europeia, com aproximadamente 1,7 milhões de Km<sup>2</sup>, 18 vezes a área terrestre do território português. Com 61% do seu comércio internacional de mercadorias a ser efetuado por via marítima, 90% dos turistas procuram a proximidade ao mar e uma elevada densidade populacional nos territórios litorais, principalmente entre Viana do Castelo e Setúbal assume-se como um país marítimo por excelência e, como tal, com elevada dependência económica e social face ao Oceano Atlântico. (CEO, 2004; INE, 2012, 2013 citados por Ramos 2014),

Gomes *et al.* (2007), afirmam que *“Existe ainda a possibilidade de Portugal vir a contar com espaços marítimos sob sua soberania ou jurisdição que poderão exceder em muito a atual área da ZEE. Neste sentido, Portugal dispõe de um enorme potencial de recursos associado a estes espaços marítimos, sobre os quais poderá ser aprofundado o conhecimento científico e técnico numa perspetiva de exploração de recursos e de desenvolvimento sustentável.”*

O turismo é uma das principais atividades económicas de muitos países. Estatísticas da Organização Mundial do Turismo (OMT) (2007), mostram que o turismo é a maior indústria do mundo no que diz respeito ao número de pessoas envolvidas e ao lucro económico. De acordo com INRA EUROPE (1998), citado por UNEP (2009), os dados da Comissão Europeia (CE) mostram que 63% dos turistas europeus preferem a costa, em comparação com 25% que preferem as montanhas, 25% preferem cidades e 23% prefere o campo.

A OMT (2007) afirma que durante décadas o turismo sofreu um contínuo crescimento e uma profunda diversificação, até se converter num dos setores económicos que mais cresce em todo o mundo. Costa (2003) citado por Neves *et al.* (2009) declara que o turismo é uma atividade fundamental para a economia Portuguesa. A importância do turismo para o PIB nacional representa mais de 8%. Por sua vez Fernandes e Coelho (2002), afirmam que as atividades de turismo geram muitos postos de trabalho e empregam aproximadamente 100 milhões de pessoas em todo o mundo. Pesquisas recentes mostram que a criação de emprego na área do turismo cresce 1,5% mais rápido do que em qualquer outro setor.

O turismo costeiro é o sector mais importante das atividades marítimas portuguesas. Segundo relatório da Comissão Europeia (2012) a costa portuguesa atrai 90% dos turistas estrangeiros, sendo o turismo responsável por 11% do Produto Interno Bruto do país e por aproximadamente 10% da totalidade dos postos de trabalho.

**Quadro 2.1 - Emprego em atividades marítimas em Portugal**

Sector	Nº de empregos
Turismo costeiro <sup>2</sup>	38.894
Pesca	33.743
Marinha	14.745
Construção naval	4.336
Transporte marítimo	3.206
Atividades marítimas de recreio	2.480
Portos e serviços relacionados	2.002

Fonte: Comissão Europeia (2011)

Estes números e o potencial natural de Portugal para o desenvolvimento deste setor, bem como a tendência para o crescimento a longo prazo da procura externa são argumentos suficientes para se dever apostar nas indústrias de lazer e turismo costeiro, sendo que há atividades, no âmbito geral do setor, que demonstram ter um elevado potencial.

Entre estas atividades, destaca-se a prática de desportos, como o *surf* e outros desportos de ondas, pela sua adequação às características naturais do país, e pela promoção destes

---

<sup>2</sup> Os dados compreendem apenas o emprego em hotéis, pensões e afins nas regiões costeiras.

desportos, em particular o *surf* que apresenta sinais de grandes desenvolvimento no número de praticantes, de escolas e de empresas de equipamento, bem como pela realização de inúmeros eventos, incluindo eventos internacionais, como a etapa do campeonato do mundo *Rip Curl Pro*, em Peniche, e o fenómeno mais recente da onda gigante da Nazaré. Segundo a Federação Portuguesa de *Surf* e a Associação Nacional de *Surfistas*, existem hoje cerca de 165 escolas de *surf* no país e são fabricadas e vendidas mais de 4.000 pranchas de *surf* por ano, o que equivale com os demais gastos com material e serviços a 100 milhões de euros anuais. (COTEC, 2012).

### **2.3. TURISMO E SUSTENTABILIDADE: PRINCIPAIS IMPACTOS E DESAFIOS**

Por ser um país virado para o Atlântico, extremo ocidental da Europa, Portugal desenvolveu-se economicamente, na sua grande parte, junto à costa. Segundo Gomes *et al.* (2007), a zona costeira nacional é uma das áreas do território mais complexa e rica em termos ambientais pois tem uma grande concentração de habitats e uma grande e importante diversidade biológica.

O crescimento da atividade turística leva a que seja necessário tomar providências de modo a que a mesma se torne sustentável, preocupando-se com a preservação dos seus espaços naturais e ambientais.

De acordo com Vieira (2007), no desenvolvimento do turismo é necessário respeitar a sua dimensão ambiental, social ou económica, isto é, a sua sustentabilidade. Desta forma, defende-se que a qualidade do turismo apenas pode ser garantida com a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

É notório que o turismo tem evoluído de diferentes formas ao longo das últimas décadas, tendo sido o turismo costeiro o que mais se destacou e continua a destacar no que diz respeito às preferências de quem viaja. Segundo a United Nations Environment Programme (UNEP) (2009), o turismo costeiro é dos tipos de turismo mais comuns do mundo e é possível verificar que o seu crescimento aumentou e atingiu o seu pico nas últimas décadas. Apesar de não haver um estudo da ação direta do turismo costeiro no

setor do turismo ou a contribuição do mesmo para a economia é possível afirmar que tem uma enorme importância económica.

Contudo, e apesar da importância económica que as zonas costeiras assumem para as economias locais, estes espaços trazem também algumas preocupações que deverão ser tidas em conta, por forma a preservar e manter os espaços e garantir a continuação da sua existência para gerações vindouras. Estas preocupações não devem provir *apenas das comunidades locais, mas também de todos aqueles que visitam estes espaços*. *“As nações que promovem turisticamente as suas áreas costeiras estão cada vez mais conscientes da necessidade de proteger essas áreas, a fim de manter a sua beleza natural e ajudar a garantir a sua vitalidade a longo prazo como destinos turísticos. Os Turistas de hoje em dia, têm uma maior compreensão dos impactos das suas viagens e exigem produtos mais sustentáveis”*. (UNEP, 2009, p.11).

Certamente que o estado deverá intervir, criando leis que garantam o futuro destes espaços. Do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) definido através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 112/98, de 25 de agosto, podemos aferir que *“a importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais únicos inerentes ao território das Áreas Protegidas e a crescente procura destes locais para atividades de recreio e lazer em contacto direto com a natureza e com as culturas locais fazem com que estes espaços se constituam como novos destinos turísticos”*.

Do mesmo programa consta que, para a realização de uma atividade turística é sempre necessário um espaço físico, então a sua implementação deve ser feita de forma sustentável, por isso foi criado o Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN). O PNTN está incluído num conjunto de orientações políticas internacionais direcionadas para o desenvolvimento sustentável destas áreas, que, no caso particular do turismo, visa permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural apoiado em quatro vetores principais: conservação da natureza; desenvolvimento local; qualificação da oferta turística e diversificação da atividade turística”.

Vieira (2007) afirma que um dos maiores desafios que os responsáveis pelo desenvolvimento de um país enfrentam é a transformação de locais turísticos em destinos turísticos garantindo a sustentabilidade desse desenvolvimento, maximizando os seus

efeitos positivos e minimizando os negativos. Para isso devem possuir um bom planeamento estratégico e o ordenamento territorial do turismo.

De acordo Gomes *et al.* (2007) com o relatório das Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional (GIZC), as zonas costeiras assumem uma importância estratégica em termos ambientais, económicos, sociais, culturais e recreativos

Segundo a UNEP (2009), um dos principais problemas do turismo costeiro é a disputa proporcionada entre os benefícios que o turismo faculta para a economia e o seu forte impacto sobre o meio ambiente físico na área costeira, em termos de expansão urbana, urbanização linear, a pressão em áreas sensíveis, a produção de resíduos, a fragmentação de habitats, e o ambiente social, em termos de perda de identidade e de valores sociais e culturais.

A UNEP (2009) diz-nos que todas as formas e atividades de turismo se baseiam na utilização de recursos ambientais. Mesmo que seja considerada uma indústria “*soft*”, o turismo tem um grande impacto ambiental em muitas zonas costeiras. A relação entre o turismo e o meio ambiente deverá ser de mútua dependência, pois não só o turismo depende da qualidade ambiental, como a qualidade ambiental é vulnerável ao desenvolvimento do turismo.

Uma série de impactos negativos que o turismo pode exercer sobre as comunidades são lembrados pela UNEP (2009), onde é referido que além de danos ecológicos, o turismo pode ter um impacto negativo na sociedade local, bem como impactos sobre os estilos de vida e costumes locais e tradicionais, pode levar à eliminação dos valores socioculturais tradicionais e a perda de identidade da população local, bem como a desvalorização dos valores de propriedade, devido ao excesso de construção.

De acordo com Dias (2009), o principal desafio no sector do turismo, hoje em dia, é conseguir manter-se competitivo e ao mesmo tempo salvaguardar a sua sustentabilidade tendo consciência de que a longo prazo a competitividade depende da sustentabilidade. Ao integrar a questão da sustentabilidade na sua agenda, as entidades ligadas ao turismo poderão proteger as vantagens competitivas do destino.

### 2.3.1. Turismo e sustentabilidade

Segundo a *World Commission on Environment and Development* (WCED) (1987) citado por Neves (2009, p.3), em 1987, o Relatório Brundtland define o conceito de desenvolvimento sustentável, como “*o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.*”

De acordo com Partidário (1995) citado por Neves (2009, p.5), “*O Turismo Sustentável é um conceito que procura conciliar os objetivos económicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensáveis à sua existência. As características naturais, culturais e sociais de uma região, representam a oferta potencial do território que o desenvolvimento turístico procura. Assim sendo, a atividade turística só pode ser eficiente e viável se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos e melhorados*”. De acordo com o autor supracitado, o turismo sustentável é um turismo que se desenvolve, tendo por base proteger e engrandecer as regiões para o futuro de acordo com as necessidades dos turistas e das próprias regiões

“*Em 1992 o Tourism Concern e o World Wildlife Fund elaboraram os “Princípios do Turismo Sustentável”*”: (Partidário, 1999 citado por Neves, 2009, p.9):

1. *Utilização sustentável dos recursos;*
2. *Redução do excesso de consumo e do desperdício;*
3. *Manutenção da diversidade;*
4. *Integração de um turismo planeado;*
5. *Suporte de economias locais;*
6. *Envolvimento das comunidades locais;*
7. *Consulta dos vários grupos de interesse, incluindo o público;*
8. *Formação de funcionários da indústria turística;*
9. *Marketing responsável do turismo;*

## 10. Investigação.”

De acordo com Padgett (1996) citado por Neves (2009, p.12), “*Nas últimas duas décadas, o turismo sofreu várias mudanças a nível mundial. Nas décadas de 1950 a 1980, os turistas eram atraídos essencialmente pelas praias e hotéis, procurando desfrutar dos serviços sem se preocuparem com as consequências que poderiam ser causadas. A partir dos anos 90, os turistas começaram a ter preocupações ambientais. Esta mudança no turismo tem vindo a ser chamada de “retorno à natureza”. Através desta evolução nota-se que cada vez mais está presente a preocupação com a sustentabilidade*”.

### 2.4. GESTÃO DAS ZONAS COSTEIRAS

Gomes *et al.* (2007) diz que os termos “*litoral costa, faixa costeira, faixa litoral, orla costeira, zona costeira área/região costeira*” são utilizados de modo indiferenciado por especialistas de diversas áreas para se referirem a diferentes porções de território de várias dimensões na interface entre a terra e o Oceano.

“*O espaço turístico tem inevitavelmente uma componente territorial e, porque o ordenamento do território é um dos suportes da qualidade de vida, essa componente é tanto mais determinante da sustentabilidade do desenvolvimento do turismo quanto melhor ordenada ela estiver*”. (Vieira, 2007, p.63)

Vieira (2007) relata os objetivos do planeamento territorial dos espaços turísticos, são eles:

- “*Garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico;*
- *Proporcionar o mais alto grau de satisfação aos turistas;*
- *Proteger os recursos turísticos;*
- *Identificar as zonas com potencial turístico;*
- *Integrar as correntes turísticas nas comunidades de acolhimento.*”

Não existe nenhuma definição oficial proposta pela Comissão Europeia para definir zonas costeiras, no entanto adota-se a seguinte definição:

“Zona costeira é a porção de território influenciada direta e indiretamente, em termos biofísicos, pelo mar (ondas, marés, ventos, biota ou salinidade) e que, sem prejuízo das adaptações aos territórios específicos, tem, para o lado da terra, a largura de 2 quilómetros medida a partir da linha da máxima praia-mar de águas vivas equinociais e se estende, para o lado do mar, até ao limite das águas territoriais, incluindo o leito” (Decreto-Lei nº 82/09 de 8 de Setembro. Diário da República nº174)

Complementarmente, adotam-se ainda os seguintes conceitos, obtidos através da fonte supracitada:

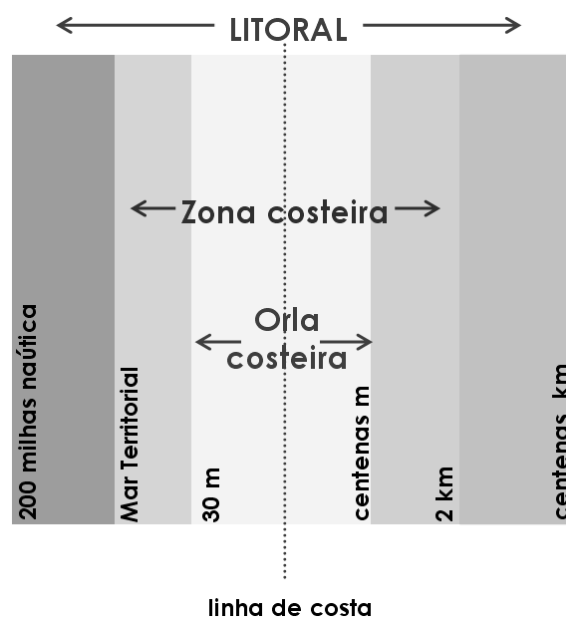
“Litoral” — termo geral que descreve as porções de território que são influenciadas direta e indiretamente pela proximidade do mar;

“Orla costeira” — porção do território onde o mar, coadjuvado pela ação eólica, exerce diretamente a sua Ação e que se estende, a partir da margem até 500 m, para o lado de terra e, para o lado do mar, até à batimétrica dos 30 m;

“Linha de costa” — fronteira entre a terra e o mar, assumindo-se como referencial a linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais.

De seguida encontram-se ilustrados os conceitos acima referidos.

**Figura 2.2. Conceito de Zona Costeira (limites)**



Fonte: Decreto-lei nº 82/09 de 8 de Setembro

Segundo recomendações e conclusões provenientes da conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, reunida no Rio de Janeiro em Junho de 1992, “cabe aos Estados-Membros estabelecer os fundamentos para a estratégia Integrada de Zonas Costeiras na Europa, garantindo a requalificação do litoral, o seu desenvolvimento económico e social, bem como a coordenação de políticas com incidência na zona costeira. Este procedimento levou a que em 2006 fosse criado um documento “*Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional*” que estabelece um referencial estratégico de enquadramento à gestão global, integrada e participada da zona costeira, de forma a garantir condições de sustentabilidade ao seu desenvolvimento” (Decreto-Lei nº 82/09 de 8 de Setembro)

Importa ainda referir que a Gestão Integrada da Zona Costeira vem dar resposta aos compromissos internacionais e comunitários assumidos por Portugal e deve refletir a realidade da zona costeira do território nacional. Neste contexto, salientam-se um conjunto de fatores retirados do Decreto-lei nº 82/09 de 8 de Setembro.

- i) *“A biodiversidade e a singularidade dos sistemas e ecossistemas costeiros (espaços de interação entre o mar e a terra), que importa proteger e valorizar;”*
- ii) *“A susceptibilidade aos fenómenos de erosão, aos temporais e às situações meteorológicas extremas;”*
- iii) *“A concentração de população e de atividades económicas, que está na origem de pressões que colocam em causa a sustentabilidade dos ecossistemas costeiros, a manutenção dos bens e serviços por eles prestados e a sua integridade, e que, em diversas situações, constituem situações de risco para pessoas e bens;”*
- iv) *“A necessidade de reforçar a componente marítima na gestão integrada da zona costeira;”*
- v) *“O potencial económico que representam os recursos costeiros no quadro da economia nacional e a representatividade económica das diversas atividades desenvolvidas na zona costeira;”*
- vi) *“A necessidade de integrar a problemática das alterações climáticas na gestão costeira, de forma a incorporar medidas e orientações sectoriais específicas de*

*adaptação às alterações previsíveis (e.g. subida do nível médio do mar, acidificação do oceano, aumento da temperatura média global das águas superficiais oceânicas, entre outras, ou seja, alteração dos sistemas, ecossistemas e paisagens costeiras);”*

*vii) “A intensificação ou emergência de novos usos e atividades suportados no conhecimento científico;”*

*viii) “A desadequação do modelo de governação para assegurar uma resposta adequada aos novos paradigmas e à necessidade de conciliação dos interesses em presença em favor do desenvolvimento sustentável da zona costeira;”*

*ix) “O incipiente envolvimento das populações locais nos processos de tomada de decisão, o insuficiente reconhecimento das suas vivências e experiências e o défice de partilha e coresponsabilização no que se refere à gestão da zona costeira;”*

*x) “A falta de sistematização de dados e insuficiente monitorização, limitando o conhecimento das principais dinâmicas e dos seus efeitos sobre a zona costeira, o que tem repercussões sobre o modelo de gestão e pode afetar as tomadas de decisão;”*

*xi) “A existência de um quadro institucional complexo, a multiplicidade de políticas sectoriais e a diversidade de instrumentos com incidência na zona costeira.”*

O Decreto-Lei n.º 206/93 de 2 de Setembro, artigo 2º, define que os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) têm como objetivo:

*a) “O ordenamento dos diferentes usos e atividades específica da orla costeira;*

*b) A classificação das praias e a regulamentação do uso balnear;*

*c) A valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos;*

*d) A orientação do desenvolvimento de atividades específicas da orla-costeira;*

e) *A defesa e conservação da natureza.*”

De acordo com o Decreto-lei nº 136/99 de 29 de Outubro, acerca do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sado-Sines, os planos municipais de ordenamento do território, devem obedecer ao uso e à ocupação do troço da orla costeira entre o estuário do Sado e Sines, através da requalificação das áreas já sujeitas a uma ocupação incompatível com a qualidade de vida ou mesmo com a segurança de pessoas e bens e da valorização dos recursos naturais, ambientais e paisagísticos existentes.

Mathieson & Wall (1982), Chamberlain (1997) e Chung (1998) citado por Neves (2009), afirmam que o número máximo de pessoas que podem usufruir de uma área, sem que haja alterações no meio físico e sem interferir com a qualidade da experiência dos visitantes é denominada de capacidade de carga. Este termo é utilizado para determinar o nível de atividade humana que uma determinada área pode receber sem que haja consequências negativas à comunidade residente ou efeitos negativos na qualidade de experiência dos visitantes. Resumindo, a capacidade de carga é o número máximo de indivíduos que uma determinada área pode suportar, sem por em causa o futuro das gerações vindouras.

De acordo com a OMT (2001), citada por Neves (2009), a capacidade de carga é traduzida no máximo de uso que se pode fazer de um espaço sem que hajam efeitos negativos sobre os recursos biológicos do mesmo, sem reduzir a satisfação dos visitantes sem que hajam efeitos negativos sobre a sociedade recetora, economia e/ou cultura local.

Neves (2009) refere ainda que a capacidade de carga tem 2 objetivos principais: o primeiro é a manutenção das características dos recursos essenciais ao desenvolvimento de atividades e o segundo é assegurar uma qualidade elevada na experiência do consumidor. Quanto maior for o desenvolvimento turístico da zona maior é a probabilidade de ultrapassar a capacidade de carga.

A autora supracitada refere ainda que, não existe um limite definido para a capacidade de carga, uma vez que a capacidade de uma área, local ou atração depende de vários elementos culturais e naturais que variam a nível espacial e temporal. Os níveis da capacidade são influenciados por dois grupos de fatores, são eles as características dos turistas e as características da área de destino e população local. O primeiro grupo engloba as características socioeconómicas dos turistas, nomeadamente: idade, género,

disponibilidade monetária, rendimento, motivações, atitudes, expectativas e comportamento. Engloba também o tipo de atividade turística, o nível de satisfação do turista, a frequência e tipo de interação no destino e na população local.

De acordo com Vieira (2007), embora a campanha “*Bandeira Azul*” não esteja integrada nos instrumentos de gestão de orla costeira é importante referi-la pois é uma campanha muito relevante para o turismo. Esta teve início em 1987 na Europa, durante o Ano Europeu do Ambiente, sob o patrocínio da Comissão da União Europeia. Existem quatro critérios para que uma praia possa possuir bandeira azul, são eles: a qualidade da água deve estar de acordo com os limites estabelecidos pela EU, a limpeza e higiene da praia e suas infraestruturas, vigilância da praia e dos banhistas e existência de informação diversificada que será facultada aos banhistas.

#### **2.4.1. Uso Recreativo dos Espaços Costeiros**

De acordo com as informações recolhidas no Decreto-lei nº 82/09 de 8 de Setembro a zona costeira encontra-se exposta, especialmente, à agitação marítima atlântica agreste nas vertentes a norte dos territórios das Regiões Autónomas e no continente. Esta zona possui uma grande dinâmica geomorfológica que decorre maioritariamente de processos marinhos mas onde a intervenção antrópica é cada vez maior tanto ao nível das ações desenvolvidas nas bacias hidrográficas (principal fonte de sedimentos) como ao nível das ações de defesa costeira que tem como objetivo estabilizar esta faixa e proteger a sua ocupação. 75% da população portuguesa, responsável pela produção de 85% do produto interno bruto, localiza-se nos concelhos do litoral continental e insular. Nestes concelhos localizam-se também as principais áreas urbanas, industriais, de turismo intensivo, naturais, rurais e de pesca.

Haggett (2001) e Morgan (1999), citados por Silva (2012), declaram que as perceções dos visitantes sobre as qualidades ambiental e recreacional de uma praia podem ser influenciadas por diversos fatores que refletirão em diferentes preferências de usos.

Neves (2009) defende que a atividade turística só consegue ser eficiente e viável num médio-longo prazo se garantir que os recursos de que depende vão ser mantidos e melhorados.

### 3. ABORDAGEM À ÁREA EM ESTUDO

A área em estudo localiza-se na zona sudoeste de Portugal, entre a foz do rio Sado, a norte, e o cabo de Sines, a sul.

Miranda (2007) afirma que, o troço litoral da área de estudo é constituído por praias de sedimentos não consolidados. Estes sedimentos são essencialmente siliciosos com alguma componente carbonatada, especialmente na zona norte do troço litoral.

#### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL ALENTEJANO

De acordo com Decreto-lei nº 82/09 de 8 de Setembro, Portugal tem uma linha de costa com uma extensão total de 1.187 quilómetros. A sua zona costeira tem uma grande variedade geomorfológica, com uma costa baixa, arenosa ou rochosa, e costa alta, de arriba, para além das desembocaduras dos cursos de água em estuário ou das especificidades das fajãs insulares, que conferem uma elevada diversidade paisagística, cénica e biogeográfica.

Segundo Bastos (2012), o litoral alentejano é um dos últimos redutos de costa selvagem da Europa.

O mesmo autor, defende ainda que, *“a costa alentejana estende-se desde o estuário do Sado à foz da ribeira de Seixe, correspondente a uma faixa estreita do litoral Sudoeste de Portugal, em que ocorrem, entre outros, pequenas ilhas, ilhotas e escolhos, arribas marinhas, praias de tipos diferenciados, dunas móveis e consolidadas, charnecas e zonas húmidas (que incluem estuários, lagunas costeiras, rios e ribeiras, e lagoas temporárias). Apresenta características muito específicas que lhe conferem elevada diversidade paisagística”*. (Bastos, 2012, p.101)

O Concelho de Grândola, Município onde estão localizadas as praias em estudo, pertence administrativamente à Região do Alentejo e à sub-região do Litoral Alentejano, conjuntamente com os Concelhos de Alcácer do Sal, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

Por estar localizada na parte Oeste, Grândola esta limitada a Oeste pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com Três Concelhos: a Sul pelo Concelho de Santiago, a Este pelo Concelho de Alcácer do Sal e a Este pelo concelho de Ferreira do Alentejo.

### 3.1.1. Clima

Segundo Daveau (1988) citado por Bastos *et al.* (2012), a área estudada está, de certa forma, abrigada pelas proeminências formadas pelas serras de Sintra e da Arrábida, as quais fazem com que as massas de ar fresco de Noroeste (NW) sofram um desvio, tornando o clima desta região mais continentalizado, com forte amplitude térmica.

De acordo com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) (1999) citado por Bastos *et al.* (2012), *“tem um clima pré-mediterrâneo com forte influência marítima, com verões quentes e secos e os invernos frescos e húmidos. A temperatura atmosférica mantém-se amena todo o ano com médias que oscilam entre 14°C e 18°C, aumentando tendencialmente de Norte para Sul. Esporadicamente registam-se temperaturas superiores a 35°C, no Verão, e inferiores a 5°C, no Inverno. Já os valores médios anuais de precipitação variam entre os 400mm e os 700mm, ocorrendo a precipitação máxima em Dezembro.”*

Brito (2005) citado por Bastos *et al.* (2012), afirma que a região se caracteriza por forte insolação, superior a 2600 a 3000 horas/ano, sendo das mais altas da Europa.

*Os ventos dominantes, durante todo o ano, são de norte e noroeste, sendo ocasionalmente fortes. Por vezes registam-se ventos de sudoeste, principalmente no Inverno, enquanto os de Levante ocorrem com baixa incidência.* (ICNB, 2008, p.148). O Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICBN) (2006) diz que os ventos fortes húmidos são mais frequentes nos meses de verão, contribuindo para os altos valores de humidade (aproximadamente 80%).

### **3.1.2. Agitação Marítima**

Segundo os dados do Instituto Hidrográfico (1994) e do Instituto do Mar (2004), citado por Bastos (2012), a agitação marítima mais comum desta região é oriunda de Noroeste/Oeste Noroeste em cerca de 80% do ano, com ondas a variar 1 e 2 metros separadas por períodos de 8 segundos. A ondulação de Oeste e Sudoeste ocorre particularmente no inverno, com alturas expressivas na ordem dos 3 a 4 metros, e esporadicamente a atingir mais de 7 metros, separados por períodos de 9 a 10 segundos.

Autores como Fiúza *et al.* (1982), Borges *et al.* (2003) citados por Bastos *et al.* (2012), defendem que podemos verificar que a temperatura do mar, da área estudada, varia entre os 14°C e os 15°C em Fevereiro e os 20°C/21°C em Setembro. Frequentemente ocorre afloramento costeiro (*Coastal Upwelling*) devido aos ventos de Norte verificados, fazendo com que haja um afloramento à superfície das águas mais frias, águas ricas em nutrientes, que enriquecem a produção primária que, por sua vez, potencia o desenvolvimento do alimento base da cadeia alimentar marinha, o fitoplâncton. Tal ocorrência acaba, obviamente por influenciar as pescas, especialmente as capturas de sardinhas.

## **3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS PRAIAS EM ESTUDO**

As praias em estudo são abrangidas pelo POOC Sado-Sines onde, de acordo com Decreto-Lei n.º 253/99 de 29 de Outubro, artigo 2º, são estabelecidas condições para a ocupação, uso e transformação dos solos sobre os quais incide, visando a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) *“Proteger a integridade biofísica;*
- b) *Valorizar os recursos existentes;*
- c) *Conservar e recuperar os valores ambientais e paisagísticos;*
- d) *Encaminhar os fluxos turísticos para os pontos da costa com maior capacidade de carga;*
- e) *Promover a criação de atividades e pontos de interesse alternativos ao uso intensivo das praias;*

*f) Servir de suporte à gestão do litoral.”*

Importa também referir a lista de atividades interditas nas praias, indicada no Decreto-Lei n.º 253/99 de 29 de Outubro, artigo 8º:

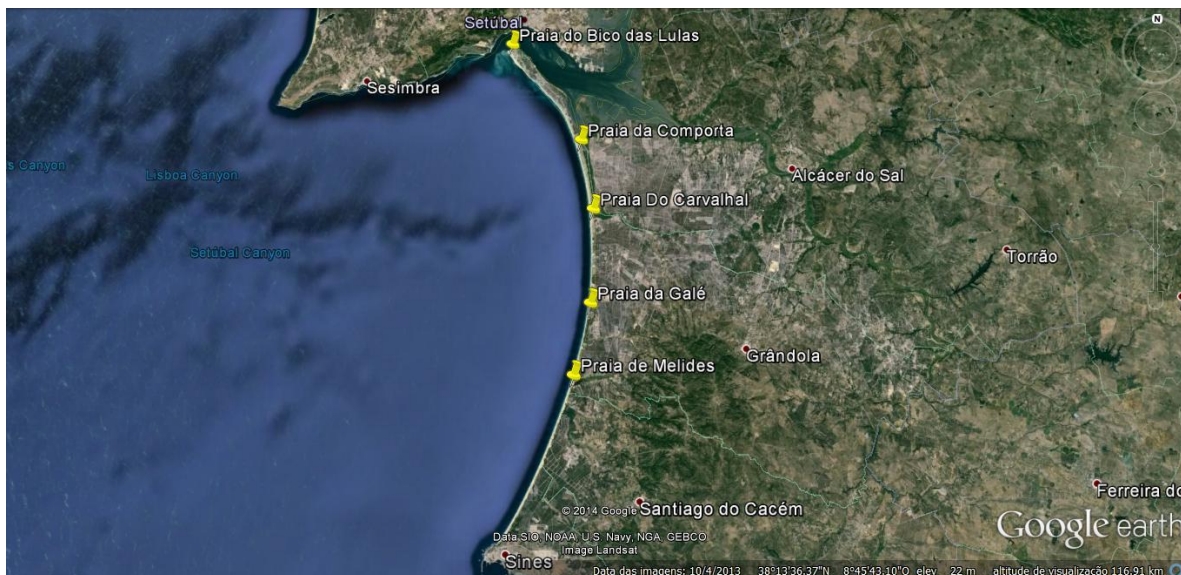
- a) Circulação de veículos motorizados fora das vias de acesso estabelecidas e além dos limites definidos dos parques e zonas de estacionamento, com exceção dos veículos ligados à prevenção, socorro e manutenção;*
- b) Estacionamento de veículos fora dos limites dos parques de estacionamento e das zonas expressamente demarcadas para parqueamento ao longo das vias de acesso;*
- c) Utilização dos parques e zonas de estacionamento para outras atividades, designadamente a instalação de tendas ou o exercício de uma atividade sem o prévio licenciamento;*
- d) Permanência de autocaravanas ou similares nos parques e zonas de estacionamento entre as 0 e as 8 horas;*
- e) Atividades desportivas, designadamente jogos de bola, fora das áreas terrestres ou aquáticas expressamente demarcadas para o efeito;*
- f) Circulação, acesso à margem e estacionamento de embarcações e meios náuticos de recreio e desporto fora dos espaços-canais definidos e das áreas demarcadas;*
- g) Atividades com fins económicos de apanha de plantas e mariscagem fora dos locais e períodos sazonais estipulados;*
- h) Permanência e circulação de animais nas áreas licenciadas ou concessionadas;*
- i) Utilização de equipamentos sonoros e desenvolvimentos de atividades geradores de ruído que, nos termos da lei, possam causar incomodidade;*
- j) Depósito de lixo fora dos receptáculos próprios;*
- l) Atividade de venda ambulante sem licenciamento prévio;*
- m) Atividades publicitárias sem licenciamento prévio e fora das áreas demarcadas ou dos painéis instalados;*

- n) Sobrevoos por aeronaves com motor abaixo de 1000 pés, com exceção dos destinados a operações de vigilância e salvamento, e outros meios aéreos de desporto e recreio fora dos canais de atravessamento autorizados;*
- o) Acampar fora dos parques de campismo;*
- p) Circulação no espelho de água de barcos, motas náuticas e jet ski em áreas defendidas para outros fins;*
- q) Prática de surf e de windsurf em áreas reservadas a banhistas;*
- r) Uso de detetores de metais, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 164/97, de 27 de Junho.*

Com isto, compreendemos a importância destes decretos que apresentam as leis que regulamentam a utilização destes espaços, impondo regras, procurando assegurar a preservação através da sua utilização controlada e regulamentada pelo governo

De seguida apresentamos uma ilustração onde pode ser verificada a localização das cinco praias estudadas:

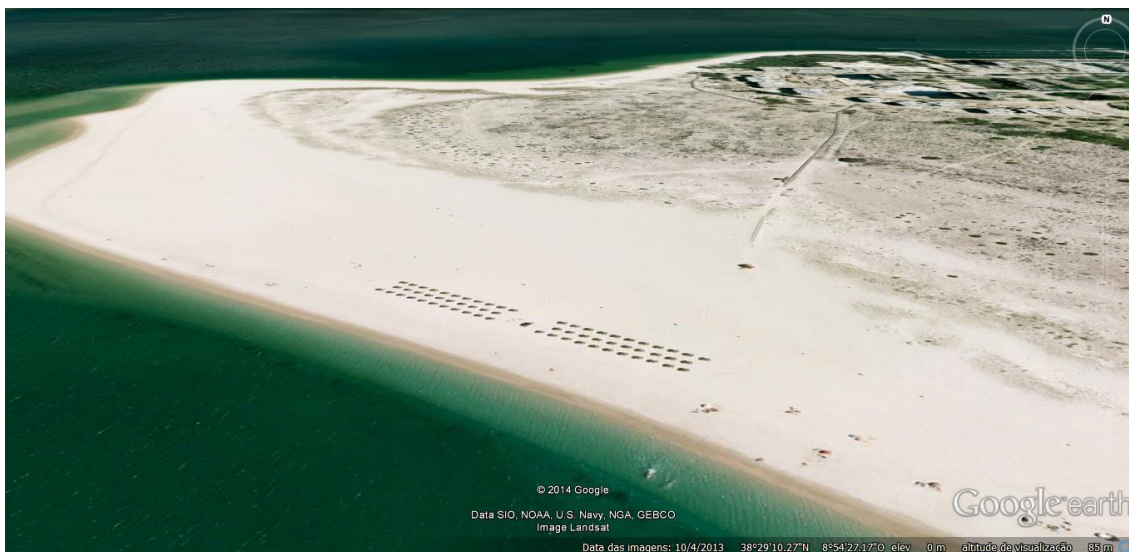
**Figura 3.3. Localização das Praias estudadas**



Fonte: <https://www.google.com/maps/@38.22874,-8.76164,161460m/data=!3m1!1e3>

### 3.2.1. Troia – Praia do Bico das Lulas

Figura 3.4. Imagem aérea da Praia do Bico das Lulas (Troia)



Fonte: <https://www.google.com/maps?ll=38.48592,-8.90773&z=19&t=h>

A praia do Bico das Lulas está localizada no distrito de Setúbal, concelho de Grândola e fica situada no extremo Noroeste da restinga de Troia, confinando com o Atlântico e ainda na influência do rio Sado. Tem vista privilegiada para a Serra da Arrábida. Tem um areal amplo e largo atingindo valores da ordem dos 300 m de largura.

De acordo com o Decreto-lei nº 136/99 de 29 de Outubro, é uma praia não urbana com uso intensivo. Localizada nas proximidades da urbanização turística de Troia encontra-se dotada de serviços de restauração muito variados. A SONAE TURISMO assegura a prestação dos serviços públicos de vigilância, sanitários públicos, comunicações de emergência e limpeza do areal. A mesma empresa, através do núcleo de animação, promove ao longo da época balnear, variadíssimas atividades desportivas e de educação ambiental, que são desenvolvidas tanto na areia como no mar.

A praia tem sido galardoada com Bandeira Azul e Praia Acessível. Tem 100 lugares de estacionamento automóvel e encontra-se integrado na área urbana. Tem procura ao longo de todo o ano, com maior relevância nos meses entre Junho e Setembro com 4950 banhistas diários. Na zona de banhos o declive é suave, registando habitualmente, ao longo

do ano, baixa ondulação. Hidrodinâmica dominada pela maré que origina correntes alternadas de enchente a vazante.

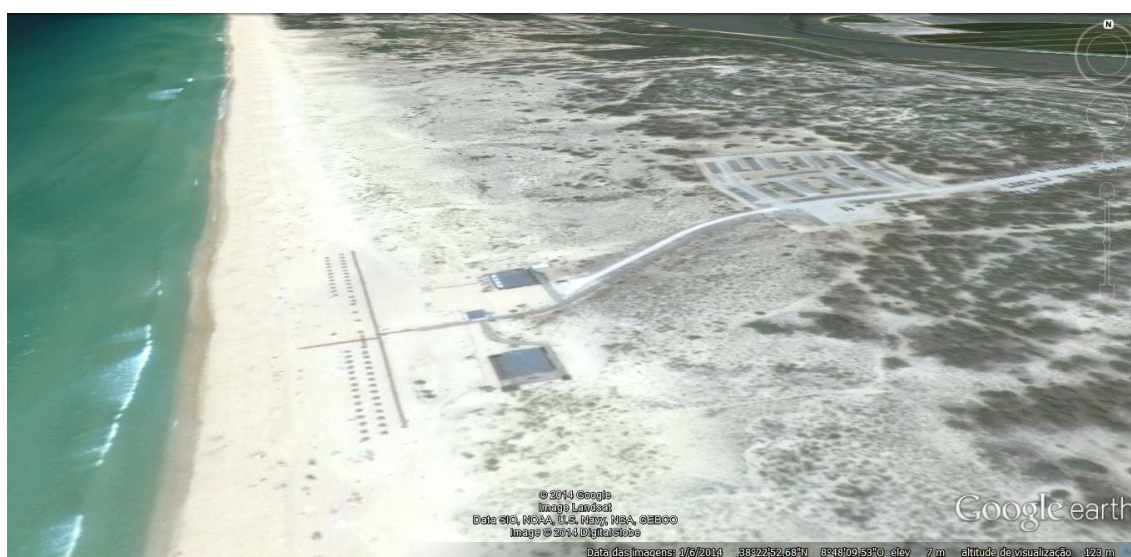
Durante a época balnear a temperatura média da água oscila entre os 16°C e os 19°C e a temperatura média do ar ronda os 27,7°C, com ventos dominantes de Noroeste e precipitação pouco frequente, sendo Setembro o mês mais chuvoso.

A qualidade da água em 2009 e 2010 foi considerada boa numa escala de má a boa, em 2011 e 2012 após a mudança de lei começou a ser considerada excelente numa escala de má a excelente.

A água balnear localiza-se na restinga de Troia, que tem cerca de 1,5 km de largura e é confinante com o oceano Atlântico e com o estuário do rio Sado, sendo a diferença de cota nesta península muito reduzida. Dadas as características referidas e a consequente ausência de linhas de água a bacia drenante não é expressiva. A ocupação do solo nas imediações da água balnear é predominantemente arbustiva, com algumas manchas florestais incluindo ainda uma área de tecido urbano de natureza turística.

### 3.2.2. Praia da Comporta

Figura 3.5. Imagem aérea da Praia da Comporta



Fonte: <https://www.google.com/maps/@38.38081,-8.80346,157m/data=!3m1!1e3>

A praia da Comporta localiza-se no extremo sul da restinga de Troia. Pertence ao distrito de Setúbal, concelho de Grândola. A largura média do areal é da ordem dos 70 - 100 m.

De acordo com o Decreto-lei nº 136/99 *de 29 de Outubro* é uma praia equipada com uso condicionado. Dispõe de dois restaurantes, um deles com apoio de praia que, assegura os serviços públicos de vigilância, comunicações de emergência, sanitários, limpeza do areal, etc. A praia é servida por 500 lugares de estacionamento automóvel. Tem sido galardoada com Bandeira Azul e Praia Acessível, encontrando-se equipada com tiraló e canadianas anfíbias.

Regista forte procura essencialmente nos meses de Julho e Agosto com uma utilização diária que ronda os 2500 banhistas. Na zona de banhos o declive é suave, registando habitualmente, no período de verão, baixa ondulação. Hidrodinâmica dominada pela maré (semi-diurna) que origina correntes alternadas de enchente a vazante. Durante a época balnear a temperatura média da água oscila entre os 16°C e os 19°C e a temperatura média do ar ronda os 26,8°C, com ventos dominantes de Noroeste e precipitação pouco frequente, sendo Setembro o mês mais chuvoso.

A água balnear localiza-se no extremo Sul da restinga de Troia, que tem cerca de 1,5 km de largura e é confinante com o oceano Atlântico e com o estuário do rio Sado, sendo a diferença de cota nesta península muito reduzida. Dadas as características referidas e a consequente ausência de linhas de água a bacia drenante não é expressiva. A ocupação do solo nas imediações da água balnear é caracterizada pela presença de um cordão dunar ao longo de toda a zona, por áreas arbustivas e florestais, localizando-se a povoação da Comporta 1,5 km a Este da água balnear.

A qualidade da água em 2009 e 2010 foi considerada boa numa escala de má a boa, em 2011 e 2012 após a mudança de lei começou a ser considerada excelente numa escala de má a excelente.

### 3.2.3. Praia do Carvalho

Figura 3.6. Imagem aérea da Praia do Carvalho



Fonte: <https://www.google.com/maps?ll=38.30541,-8.78050&z=19&t=h>

A praia do Carvalho localiza-se no distrito de Setúbal, concelho de Grândola a cerca de 3 km da aldeia do Carvalho. A largura média do areal é da ordem dos 130-150 m. De acordo com o Decreto-lei nº 136/99 de 29 de Outubro é uma praia equipada com uso condicionado. Dispõe de dois restaurantes, um deles com apoio de praia que, assegura os serviços públicos de vigilância, comunicações de emergência, sanitários, limpeza do areal, etc.

A praia é servida por estacionamento automóvel, com cerca de 500 estacionamentos. Tem sido galardoada com Bandeira Azul e Praia Acessível. Regista forte procura essencialmente nos meses de Julho e Agosto com uma utilização diária que ronda os 2500 banhistas. Na zona de banhos o declive é suave, registando habitualmente, no período de verão, ondulação baixa. Hidrodinâmica dominada pela maré que origina correntes alternadas de enchente a vazante.

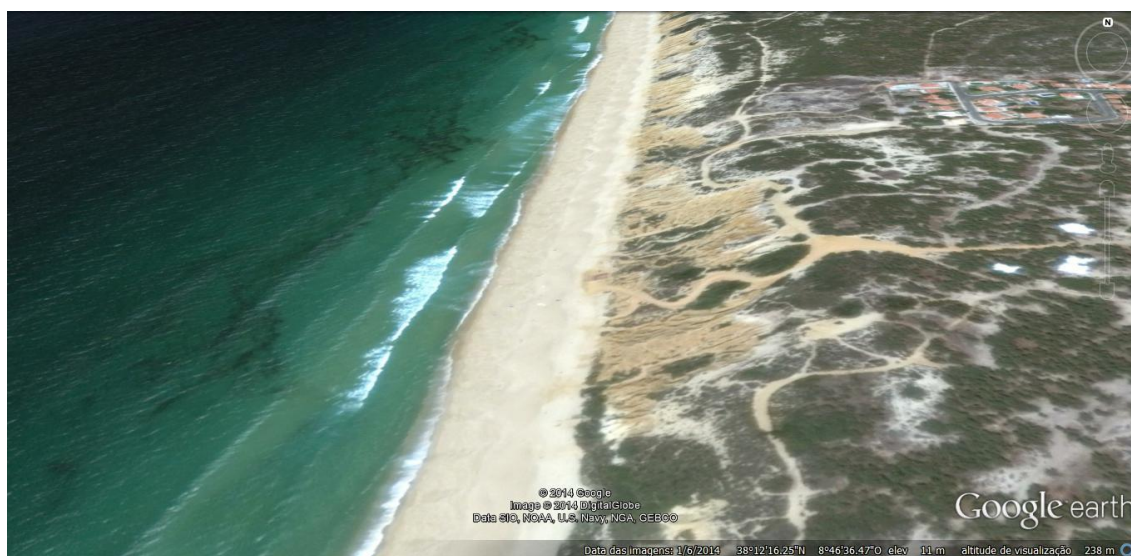
Durante a época balnear a temperatura média da água oscila entre os 16°C e os 19°C e a temperatura média do ar ronda os 26,8°C, com ventos dominantes de Noroeste e precipitação pouco frequente, sendo Setembro o mês mais chuvoso. A qualidade da água

em 2009 e 2010 foi considerada boa numa escala de má a boa, em 2011 e 2012 após a mudança de lei começou a ser considerada excelente numa escala de má a excelente.

A bacia drenante da água balnear é constituída por uma estreita faixa longitudinal compreendida entre a restinga de Troia e o Pego, 1200 m a Sul do Carvalhal. A área de drenagem é limitada a Este pela sub-bacia da ribeira de Arroio que drena para o estuário do Sado e a Oeste pelo oceano Atlântico. A ocupação do solo caracteriza-se por uma frente dunar de vários quilómetros que separa a linha de costa das manchas florestais e arrozais que se desenvolvem para Este. Quanto ao tecido urbano, há a salientar um pequeno aglomerado residencial de veraneio/piscatório, 600 m a Este da água balnear e a localidade do Carvalhal a 2,5 km de distância.

#### 3.2.4. Praia da Galé - Fontainhas

Figura 3.7. Imagem aérea da Praia da Galé- Fontainhas



Fonte: <https://www.google.com/maps/@38.20531,-8.77658,631m/data=!3m1!1e3>

A praia da Galé-Fontainhas localiza-se na zona intermédia do arco litoral Troia-Sines, cujo areal é contínuo, ao longo de toda a extensão. É uma praia retilínea e estreita, apresentando uma largura média de 70-80 m.

O areal é confinado a nascente por uma arribada arenítica, de elevado valor cénico, que atinge altitudes superiores a 50 m. De acordo com Decreto-lei nº 136/99 de 29 de Outubro é uma praia equipada com uso condicionado.

A praia dispõe de apoio de praia, que assegura os serviços públicos de vigilância, comunicações de emergência, sanitários, limpeza do areal etc. O acesso processa-se, por enquanto, pelo interior do Parque de Campismo da Galé o que impõe algumas limitações.

O estacionamento automóvel ainda não se encontra devidamente ordenado, sendo atualmente usados os espaços existentes no exterior do parque de campismo. Não dispõe de funcionalidades destinadas a utentes com mobilidade condicionada, uma vez que as condições físicas do local não o permitem.

A praia regista forte afluência de utentes essencialmente nos meses de Julho e Agosto. Realiza-se anualmente nesta praia o campeonato nacional de *kitesurf*.

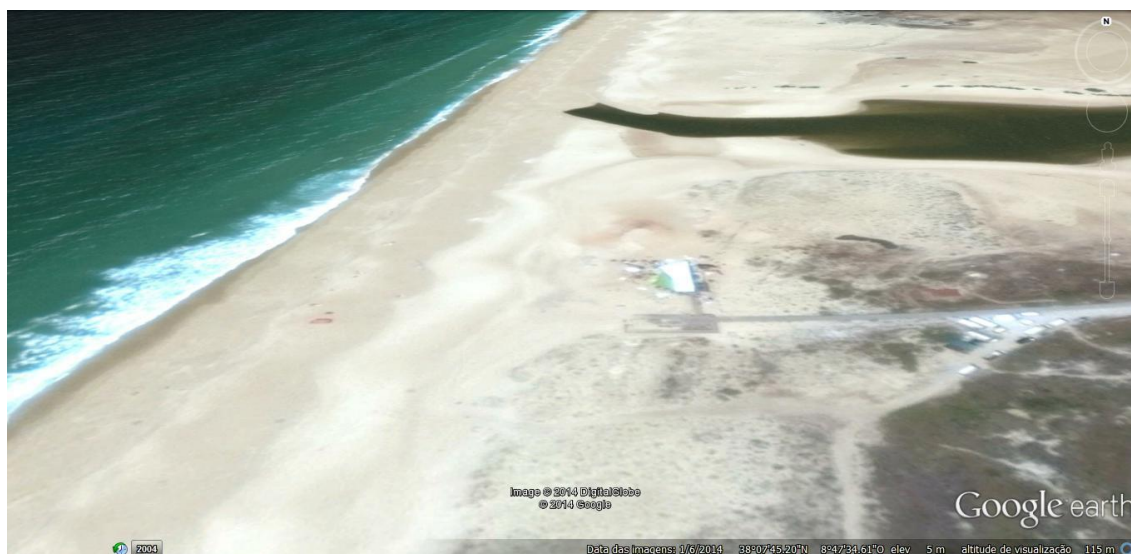
O declive da zona de banhos é relativamente suave, embora registe por vezes ondulação que requiere algum cuidado. Hidrodinâmica dominada pela maré (semi-diurna) que origina correntes alternadas de enchente a vazante. Durante a época balnear a temperatura média da água oscila entre os 16°C e os 19°C, com ventos dominantes de Noroeste e precipitação pouco frequente, sendo Setembro o mês mais chuvoso.

A bacia drenante da água balnear tem uma fisiografia que não comporta linhas de água drenantes, pelo que não ocorre escoamento superficial na área da zona balnear. A ocupação do solo é caracterizada pela presença de um cordão dunar ao longo de toda a zona e por manchas florestais.

A água balnear não está sujeita a qualquer influência negativa que afete a sua qualidade microbiológica, não se prevendo que ocorram episódios de poluição que possam prejudicar a qualidade da água balnear.

### 3.2.5. Praia de Melides

Figura 3.8. Imagem aérea da Praia de Melides



Fonte: <https://www.google.com/maps/@38.12959,-8.79318,1263m/data=!3m1!1e3>

A praia de Melides é a mais próxima da sede de concelho - Grândola (12 km), dista cerca de 5 km da aldeia de Melides e pertence ao distrito de Setúbal.

Esta praia associa dois importantes ecossistemas costeiros, a lagoa de Melides a Norte e o sistema dunar a Nascente, o que lhe confere um valor paisagístico de destaque.

O areal é extenso e largo (largura média 110-130 m), variável em função do rigor do inverno que antecede cada época balnear, da deriva litoral que transporta a areia ora mais para Norte ora para Sul e do comportamento da barra arenosa que separa a lagoa do mar.

De acordo com o Decreto-lei nº 136/99 de 29 de Outubro é uma praia não urbana com uso intensivo. Muito em breve será instalado um apoio de praia, que disponibilizará os serviços públicos obrigatórios (vigilância, comunicações de emergência, sanitários, limpeza do areal, etc.), até agora assegurados pela Junta de freguesia de Melides. Junto à área de estacionamento existem quatro restaurantes com vista para a lagoa.

A praia regista forte afluência de utentes essencialmente nos meses de Julho e Agosto com cerca de 3000 banhistas diariamente. Esta praia é servida por 500 lugares de

estacionamento automóvel, localizado na envolvente do areal (cerca de 150 m), e não tem acesso para deficientes.

Tratando-se de uma praia extensa e larga tem forte potencial para a prática desportiva. Tem sido bastante solicitada para realização de campeonatos de pesca, futebol de praia, bem como outros eventos desportivos.

O declive da zona de banhos é relativamente abrupto na zona de rebentação o que requiere algum cuidado. A ondulação é, em regra média-baixa, no verão. A lagoa não deve ser utilizada para a prática de banhos. Hidrodinâmica dominada pela maré que origina correntes alternadas de enchente a vazante. Durante a época balnear a temperatura média da água oscila entre os 16°C e os 19°C e a temperatura do ar ronda os 26,8°C, com ventos dominantes de Noroeste e precipitação pouco frequente, sendo Setembro o mês mais chuvoso.

A qualidade da água em 2009 e 2010 foi considerada boa numa escala de má a boa, em 2011 e 2012 após a mudança de lei começou a ser considerada excelente numa escala de má a excelente.

A bacia drenante da água balnear de Melides é constituída pela bacia da ribeira de Melides, que drena aproximadamente uma área de 194 km<sup>2</sup>. Esta bacia é limitada a Norte pela sub-bacia da ribeira das Fontainhas e a Sul pela sub-bacia da ribeira da Badoca que drenam para o oceano Atlântico, a Este pela sub-bacia das ribeiras de Corona e de Grândola que drenam para o rio Sado. A ocupação do solo é caracterizada por áreas agrícolas e florestais com residências rurais dispersas, destacando-se a proximidade da lagoa de Melides.



#### **4. METODOLOGIA E ANÁLISE DE RESULTADOS**

Com base no modelo de Philips e House (2009), estudo realizado nas praias do Reino Unido, “, foi realizado um questionário para as praias em estudo com questões de fator físico, biológico e de uso humano retiradas do estudo supracitado e adaptadas às praias do Litoral Alentejano, tendo sido o questionário aplicado via internet, obtendo um total de 329 respostas, das quais 294 foram validadas.

O presente estudo teve como objetivos centrais a caracterização do perfil do utilizador das praias do Município de Grândola, a compreensão das suas necessidades aquando da utilização das praias, bem como entender qual a perceção de cada utilizador, no que diz respeito à importância da sustentabilidade desses espaços. Quando esta informação é adequadamente compreendida e gerida, poderá promover um melhor desempenho e uma maior competitividade em cada um dos destinos, por forma a serem criadas melhores condições que respeitem, não só, as necessidades dos seus utilizadores, mas também, a sustentabilidade do espaço, garantindo a sua preservação para gerações vindouras.

Nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho de investigação procurou-se fazer uma reflexão teórica baseada na revisão de bibliografia, por forma a ter uma base de conhecimentos adaptada ao desenrolamento do trabalho empírico exposto neste capítulo. Considerando os objetivos descritos, neste capítulo apresentaremos a metodologia, o desenvolvimento e os resultados do estudo aplicado.

##### **4.1. METODOLOGIA**

Um trabalho científico constitui um desafio para um investigador, que deve procurar a metodologia adequada para encontrar as respostas mais adequadas ao problema de pesquisa que identificou. As metodologias são o conjunto de atividades e fases sistematizadas e racionais que permitem alcançar um ou mais objetivos, traçando caminhos e encontrando e corrigindo erros de percurso.

#### 4.1.1. Recolha de informação e estruturação do inquérito

A técnica de recolha de dados utilizada neste estudo foi a de inquérito por questionário. Esta técnica é constituída pela aplicação de um conjunto de questões sobre uma temática específica e permite o estudo extensivo de um grande conjunto de indivíduos, através da medida de certos atributos de uma amostra representativa. Os dados recolhidos permitem justificar teorias e comportamentos, permitindo a adoção das estratégias mais adequadas.

O questionário foi dirigido aos utilizadores das praias do Município de Grândola com o objetivo de reunir informação que permita caracterizar o perfil sociodemográfico do utilizador e compreender quais os fatores que motivam a escolha do destino.

O presente estudo foi realizado entre os meses de Abril e Maio de 2013, aplicado via internet e divulgado em grande parte através de redes sociais como o *Facebook* e *Messenger*.

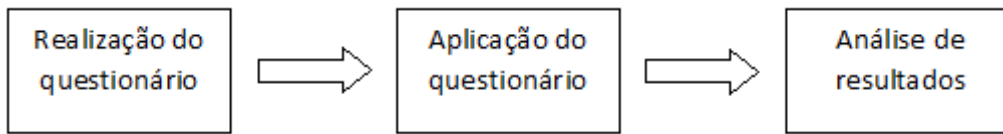
De entre as várias praias existentes no Município de Grândola, foram escolhidas para este estudo apenas 5, algumas pela sua popularidade, outras pela grande afluência de pessoas, verificada nos meses de verão.

O questionário foi baseado num estudo realizado no Reino Unido, sobre as “prioridades no turismo de praias” de Phillips, M.R., contendo questões de fator físico, biológico e de uso humano, retiradas do estudo e adaptadas às praias observadas, tendo sido obtido um total de 329 respostas, das quais 294 foram validadas.

O questionário é constituído por 42 questões, tendo sido elaborado com base nas necessidades de recolha de informação e está estruturado em três grupos de questões:

1. O primeiro grupo é alusivo a questões de ordem sociodemográfica sobre os utilizadores das praias;
2. O segundo grupo procura entender quais as preferências dos utilizadores das praias;
3. O terceiro grupo procura entender, através de escalas de avaliação de 1 a 5, qual a sensibilização do utilizador em relação a determinados pontos sobre a praia selecionada.

#### Esquema 4.1. Fases de recolha e tratamento de dados



Fonte: Elaboração própria

Para a realização do presente estudo, seguiu-se a seguinte ordem de trabalho:

1. Recolha e análise de documentação relativa ao turismo em Zonas Costeiras;
2. Recolha e análise de documentação relativa a Iniciativas Nacionais e Internacionais sobre Zonas Costeiras;
3. Recolha e análise de dados relativos a 5 praias do concelho de Grândola;
4. Seleção de propostas e Princípios Fundamentais para a Estratégia da Gestão Integrada da Zona Costeira;
5. Realização e aplicação de questionário direcionado a todos os utilizadores das praias do Município de Grândola;
6. Análise dos resultados obtidos com a aplicação do questionário;
7. Proposta de objetivos Fundamentais para as Bases da Estratégia da Gestão Integrada da Zona Costeira.

#### 4.1.2. Determinação da amostra

Para obter um maior número de respostas, o inquérito foi aplicado em várias redes sociais, por forma a conseguir chegar a um maior número de pessoas.

O universo inquirido foi, em parte, limitado dado a opção de aplicação do questionário, pois a grande maioria dos utilizadores das redes sociais como o *Facebook*, pertencem à

faixa etária dos 18 aos 44 anos de idade, significando que as restantes idades acabaram por ser pouco abrangidas no presente estudo.

#### **4.1.3. Métodos estatísticos de análise**

Os dados recolhidos foram analisados através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) - versão 17.0, de modo a reunir informação que pudesse sustentar a discussão dos resultados. Para a caracterização do perfil dos utilizadores das praias de Grândola utilizou-se estatística descritiva. O objectivo foi o de descrever e sintetizar o conjunto de dados obtido. Assim procedeu-se: à exploração dos dados para descobrir e identificar aspectos e padrões de maior interesse; à representação dos dados de modo a destacar esses aspectos ou padrões e à condensação dos dados observados sob a forma de quadros.

## **4.2. ANÁLISE DE RESULTADOS**

Após a recolha de informações resultantes dos dados recolhidos através do questionário, pretende-se apresentar uma síntese dos principais resultados obtidos através de quadros que representem esses resultados.

### **4.2.1. Caracterização sociodemográfica dos visitantes**

**Quadro 4.2. Quadro de resultados em género**

<b>Sexo</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Feminino</b>	53,70%
<b>Masculino</b>	46,30%
<b>Total</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria

Num total de 294 questionários validados, relativamente ao género, a amostra indica equilíbrio nas respostas, registando-se 53,7% de respostas do sexo feminino e 46,3% do sexo masculino.

**Quadro 4.3. Quadro de resultados em faixa etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Percentagem</b>
<b>18-25</b>	53,40%
<b>26-35</b>	35,03%
<b>36-45</b>	7,80%
<b>46-55</b>	2,72%
<b>56-65</b>	0,70%
<b>Resposta nula</b>	0,34%
<b>Total 100 %</b>	

Fonte: Elaboração própria

Optou-se por dividir as faixas etárias em cinco grupos. Desta forma, observou-se que as faixas etárias predominantes foram dos 18 aos 25 anos e dos 26 aos 35 anos, o que pode ser justificado pela forma como foi realizada a recolha dos dados, ou seja, através de redes sociais, na internet.

**Quadro 4.4. Quadro de resultados de concelho de residência**

<b>Concelho de residência</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Grândola</b>	57,80%
<b>Setúbal</b>	9,50%
<b>Lisboa</b>	6,80%
<b>Santiago do Cacém</b>	4,40%
<b>Alcácer do Sal</b>	3,10%
<b>Sintra</b>	2%
<b>Outros</b>	16,40%
<b>Total 100 %</b>	

Fonte: Elaboração própria

Obtivemos uma grande percentagem de respostas de pessoas que vivem nas proximidades das praias estudadas, com 57,8% das respostas a pertencerem a habitantes do concelho de Grândola.

**Quadro 4.5. Quadro de resultados das habilitações literárias**

<b>Atividade Profissional</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Trabalhador por conta de outrem</b>	41,84%
<b>Prof. Liberal/Empresário</b>	6,80%
<b>Estudante</b>	37,41%
<b>Desempregado</b>	13,95%
<b>Total 100 %</b>	

Fonte: Elaboração própria

Uma grande parte dos inquiridos é trabalhadora por conta de outrem, representando 41,84% da amostra. Por esta ser uma amostra jovem, 37,41% são ainda estudantes e 13,95% estão desempregados. Apenas 6,8% são profissionais liberais/empresários.

**Quadro 4.6. Quadro de resultados de atividade profissional**

<b>Habilitações Literárias</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Ensino Básico</b>	7,50%
<b>Ensino Secundário</b>	50,70%
<b>Licenciatura</b>	35,70%
<b>Mestrado/Doutoramento</b>	6,10%
<b>Total 100 %</b>	

Fonte: Elaboração própria

No que se refere às habilitações literárias, concluiu-se que a grande maioria dos inquiridos possui o ensino secundário (50,7%), seguindo-se os licenciados (35,7%). Somente 7,5% da amostra tem o ensino básico completo e 6,1% tem mestrado/doutoramento, o que indica que os utilizadores das praias do município têm um considerável nível de ensino.

### 4.3. PERCEÇÕES DOS VISITANTES

Quadro 4.7. Atividades referidas dos visitantes

Atividades	Percentagem
Banhos sol/mar	96,60%
<i>Surf/bodyboard</i>	12,90%
Pesca	13,90%
Caminhar	51,40%
Observar natureza	45,90%
Outra	15,60%

Fonte: Elaboração própria

Sem dúvida que uma das atividades preferidas de quem frequenta as praias é apanhar banhos de sol/mar, representando 96,60% do resultado total da amostra obtida. No entanto, não podemos esquecer que o questionário permitia assinalar mais do que uma resposta nesta questão, o que levou a um grande número de repostas para a atividade banhos de sol/mar.

Caminhar e observar a natureza também são atividades de eleição, significando 51,40% e 45,90% respetivamente.

Ao contrário do que se esperava, as atividades de *surf/bodyboard* ficaram abaixo da atividade de pesca, com 12,90% e 13,90% respectivamente, o que significa que a pesca é uma atividade com alguma importância nestas praias. Podemos explicar este resultado com a influência dos diversos campeonatos de pesca desportiva realizados nas praias do Município de Grândola, tendo inclusivamente em 2012 decorrido nesse local o campeonato mundial de pesca desportiva, sendo já famosas estas praias entre os pescadores amadores e desportivos.

Apesar de representar uma pequena percentagem de praticantes, tem-se verificado um aumento dos praticantes de *surf/bodyboard* ao longo dos últimos anos, tendo aberto a primeira escola de *surf* do município em 2008, na praia do Carvalhal, e em 2013 abriu outra, apesar de ter operado apenas nos meses de Verão.

**Quadro 4.8. “Incomoda-o(a) que estejam pessoas ao seu lado a praticar outras atividades?”**

<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim</b>	16%
<b>Não</b>	60,10%
<b>Indiferente</b>	23,90%

Fonte: Elaboração própria

Ao serem questionados sobre se se sentem, ou não, incomodados quando existem outras pessoas por perto a praticarem outras atividades, a grande maioria dos inquiridos diz não se sentir incomodado, representando 60,10% das respostas ao invés de 16% que afirmam sentir-se incomodados e 23,90% afirmando que lhes é indiferente.

Estes resultados devem ser analisados em conjunto com a questão seguinte, onde poderemos retirar algumas conclusões interessantes.

**Quadro 4.9. "Incomoda-o(a) que estejam pessoas ao seu lado a praticar a mesma atividade?"**

<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sim</b>	3%
<b>Não</b>	82,90%
<b>Indiferente</b>	14,10%

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre se se sentem, ou não, incomodados quando outras pessoas praticam a mesma atividade ao seu lado, as respostas afirmativas descem de 16% para 3% quando comparamos esta questão com a questão anterior, e as respostas de "indiferente" descem de 23,90% para 14,10%. Estas diferenças de valores foram dar força à resposta "Não", passando de 60,10% para 82,90%.

Quer isto dizer que 22,80% dos indivíduos que afirmaram sentir-se incomodados quando outras pessoas praticam atividades ao seu lado, deixam de sentir-se incomodados se as pessoas estiverem a praticar a mesma atividade que elas.

**Quadro 4.10. "Praia onde costuma praticar com mais frequência as atividades referidas"**

<b>Praia</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Bico das Lulas</b>	8,20%
<b>Comporta</b>	9,50%
<b>Carvalhal</b>	62,60%
<b>Galé</b>	10,50%
<b>Melides</b>	9,20%

Fonte: Elaboração própria

Da amostra obtida, 62,60% disse preferir a praia do Carvalhal como destino para a prática das atividades elegidas ao contrário de 8,2% que elegeu a praia do Bico das Lulas, 9,5% elegeu a praia da Comporta, 10,5% elegeu a praia da Galé e por último 9,2 % elegeu a praia de Melides.

**Quadro 4.11. “Praia com espaços suficientes para a prática de diferentes tipos de atividades?”**

Respostas	Percentagem
<b>Sim</b>	84,70%
<b>Não</b>	15,30%

Fonte: Elaboração própria

A maioria dos inquiridos, 84,70%, afirma que as praias têm espaço suficiente para a prática de diferentes atividades. Já 15,30% dos inquiridos considera não haver espaços suficientes.

**Quadro 4.12. “Tendo em conta as atividade(s) que costuma praticar quando vai à praia, incomoda-o(a) ter pessoas junto a si a praticarem outras atividades?”**

Respostas	Percentagem
<b>Sim</b>	70,70%
<b>Não</b>	14,60%
<b>Indiferente</b>	14,60%

Fonte: Elaboração própria

Quando se questionou se deveria existir uma separação física na praia com locais específicos para a realização de cada tipo de atividade, 70,70% dos inquiridos consideram

que deveria existir sendo que, 14,60% dos inquiridos diz não fazer falta essa separação física e 14,60% que diz ser-lhes indiferente.

Quando comparada com a questão 9, onde foi questionado se o inquirido se sentia incomodado quando tinha outras pessoas ao lado a praticarem outras atividades, podemos dizer que não existe grande harmonia nas respostas, pois como vimos, 60,10% respondeu não se sentir incomodado e na presente questão 70,70% diz que considera que deveria haver uma separação física que indicasse os locais específicos para a realização de cada tipo de atividade. Quer isto dizer que apesar de não se sentirem incomodados com o facto de existirem pessoas por perto a praticarem outras atividades, os inquiridos preferem que estas pessoas se desloquem para um local apropriado para a realização dessa mesma atividade.

**Quadro 4.13. “Qual é, na sua opinião, a distância mínima que deveria haver para pessoas que estejam na praia a praticar diferentes tipos de atividades?”**

Respostas	Percentagem
<5m	9,10%
Entre 5-10m	37,30%
Entre 10-15m	24,00%
Entre 15-20m	15,70%
>20m	13,90%

Fonte: Elaboração própria

Ao questionar sobre qual deverá ser a distância mínima entre pessoas que estejam a praticar diferentes atividades nas praias verificamos que uma distância mínima entre 5

metros e 10 metros foi a resposta mais obtida nesta questão representando 37,30% das respostas.

Outras pessoas indicam que uma distância inferior a 5 metros é suficiente, representando 9,10% dos inquiridos, sendo que 24% prefere uma distância entre 5 e 10 metros, 15,70% prefere uma distância entre 15 e 20 metros e 13,90% prefere uma distância superior a 20 metros.

**Quadro 4.14. Tamanho das ondas (preferência)**

<b>Respostas</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Sem ondas</b>	7,50%
<b>Ondas pequenas</b>	30,30%
<b>Ondas médias</b>	56,10%
<b>Ondas Grandes</b>	6,10%

Fonte: Elaboração própria

No que toca à preferência do tipo de ondulação presente nas praias, verificamos que as ondas de tamanho médio são a preferência de 56,10% dos inquiridos, já 30,30% prefere ondas pequenas, 7,50% prefere o mar sem ondas e 6,10% prefere ondas grandes.

**Quadro 4.15. Força do vento (preferência)**

<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Sem vento</b>	38,90%
<b>Vento fraco</b>	44,70%
<b>Vento moderado</b>	15,40%
<b>Vento forte</b>	0,70%
<b>Ns/nr</b>	0,30%

Fonte: Elaboração própria

Podemos aferir com os resultados demonstrados na tabela acima que os utilizadores das praias do Município de Grândola, preferencialmente utilizam estas praias quando o vento é fraco ou não existe qualquer vento.

**Quadro 4.16. Direção do vento (preferência)**

<b>Respostas</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Norte</b>	9,90%
<b>Este</b>	30,00%
<b>Sul</b>	25,10%
<b>Oeste</b>	35,00%

Fonte: Elaboração própria

Quanto à direção do vento, as opiniões divergem. 9,90% dos inquiridos têm preferência por vento vindo de Norte, 30% prefere o vento de Este, 35,10% têm preferência por vento de Sul e 35% prefere o vento de Oeste.

**Quadro 4.17. Força das correntes marítimas (preferência)**

Respostas	Percentagem
<b>Sem corrente</b>	47,20%
<b>Corrente fraca</b>	37,80%
<b>Corrente moderada</b>	14,60%
<b>Corrente forte</b>	0,30%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à força das correntes, no geral os indivíduos preferem o mar sem correntes marítimas, que corresponde a 47,20% das respostas, ou com uma corrente fraca, que corresponde a 37,80 das respostas. Há uma descida na preferência de corrente moderada, 14,60% das respostas, e apenas uma pequena percentagem (0.30%) prefere uma corrente forte.

**Quadro 4.18. Amplitude das marés (preferência)**

Respostas	Percentagem
<b>Maré baixa</b>	26,70%
<b>Meia maré</b>	65,10%
<b>Maré alta</b>	8,20%

Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito à amplitude das marés, podemos aferir que as pessoas têm uma maior preferência pela meia maré, que corresponde a 65,10% das respostas, seguindo-se da maré baixa com 26,70% e por último a maré cheia, com apenas 8,20% de preferências.

**Quadro 4.19. Respostas da questão 20 à 23**

<b>Questão 20 à 23</b>		
<b>1= Muito Importante 5= Nada importante</b>	<b>Média</b>	<b>Desvio- padrão</b>
<b>Água limpa e Cristalina</b>	4,43	0,802
<b>Ausência de Cheiros</b>	4,53	0,981
<b>Praia Limpa</b>	4,78	0,613
<b>Existência de Fauna</b>	4,02	1,069

Nota: Caracterização das praias numa escala de 1 (Muito Importante) a 5 (Nada Importante):

Questão 20 - Água limpa e cristalina?

Questão 21 - Ausência de cheiros incomodativos (exemplo: peixe podre, algas, etc.)?

Questão 22 - Praia limpa e cuidada (resíduos flutuantes / lixo)?

Questão 23 - Existência de fauna (exemplo: aves marinhas)?

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados sobre a importância de uma praia limpa, com água limpa e cristalina, com ausência de cheiros incómodos e com fauna, as respostas obtidas foram, em média, todas elas superiores a 4, numa escala de 1 a 5 onde 1 seria "nada importante" e 5 "muito importante", significando que existe um consenso nestas respostas, ou seja, consideram que todas as características mencionadas são importantes.

Quer isto dizer que os inquiridos consideram, em grande parte, que as praias do Município de Grândola são praias limpas e cuidadas, ao encontro daquilo que é procurado numa praia por parte destes utilizadores.

**Quadro 4.20. Respostas da questão 26 à 29**

<b>Questão 26 à questão 29 (preferência)</b>					
<b>1 = Raro</b> <b>5= Abundante</b>	1	2	3	4	5
<b>Algas na Água</b>	16,70%	39,60%	39,20%	3,80%	0,70%
<b>Pragas (mosquitos...)</b>	26%	30,50%	29,10%	8,20%	6,20%
<b>Alforrecas</b>	54,30%	30,90%	12%	2,10%	0,70%
<b>Peixes-aranha</b>	19%	21,80%	31%	20,70%	7,50%

Nota: Caracterização das praias numa escala de 1 (Raro) a 5 (Abundante):

Questão 26 - Algas na água?

Questão 27 - Existência de pragas (mosquitos, moscas, carraços)?

Questão 28 – Alforrecas?

Questão 29 - Existência de peixes-aranha?

Fonte: Elaboração própria

Nas questões 26, 27, 28 e 29 foi pedida a opinião pessoal sobre a abundância de algas, pragas, alforrecas e peixes-aranha na água, numa escala de 1 a 5, onde 1 significa "raro" e 5 "abundante".

Pode-se verificar no quadro, os utilizadores das praias consideram que as águas destas praias possuem poucas algas regularmente, tendo sido, as respostas de 2 e 3 as mais verificadas, com 39,60% e 39,20% respetivamente.

No que diz respeito a pragas, as opiniões variam entre as respostas 1 e 3, concentrando-se aí o maior número de respostas (85,60%) conjuntamente. Conjuntamente as respostas na escala de 4 e 5 obtiveram cerca de 14,40%. Conclui-se neste ponto que é pouco comuns existirem pragas nas praias da região.

As alforrecas são raramente avistadas nas praias do Município de Grândola, pois grande parte dos inquiridos respondeu 1 ou 2 na escala indicada.

Quanto à existência de peixes-aranha nas praias do município, as opiniões dos inquiridos variam muito, sendo que as respostas 1 e 5 foram ligeiramente abaixo das restantes, mas ainda assim muito equilibradas. É difícil retirar algum tipo de conclusão com esta questão, mas talvez possamos dizer que quem já teve algum tipo de experiência com estes peixes nas praias talvez tenha respondido entre a escala de 3 a 5 e quem não teve ou apenas conhece alguém que teve algum tipo de experiência com estes peixes terá respondido entre as escalas 1 e 3.

**Quadro 4.21. Caracterização da praia**

<b>Questão 30 à questão 32 (caraterização da praia)</b>					
<b>1 = Inexistente</b> <b>5= Abundante</b>	1	2	3	4	5
<b>Lixo na Praia</b>	11,90%	42,00%	37,20%	7,20%	1,70%
<b>Bolas de Petróleo/Alcatrão</b>	53,60%	33,80%	10,60%	1,70%	0,30%
<b>Vidros ou Entulho</b>	34,70%	45,70%	16,50%	3,10%	0,00%

Nota: Caracterização das praias numa escala de 1 (Inexistente) a 5 (Abundante):

Questão 30 - Lixo na praia (papel, plástico, redes, cordas, tábuas, etc.)?

Questão 31 - Bolas de petróleo e alcatrão?

Questão 32 - Vidros ou entulho?

Fonte: Elaboração própria

Ainda com a mesma escala, mas desta vez as respostas 1 significando "inexistente" e 5 "abundante", nas questões sobre a existência de bolas de petróleo/alcatrão e vidros ou entulho nas praias, os maiores resultados foram para as escalas 1 e 2. Significando que é quase inexistente encontrar petróleo/alcatrão, vidros ou entulho nas praias de Grândola.

Na questão sobre a existência de lixo na praia, foi obtido o maior número de respostas para as escalas de 2 e 3, alcançando conjuntamente um total de 79,20% das respostas. Apesar de estas praias serem praias limpas e cuidadas, comparando com as outras duas questões, podemos concluir que a praia poderia ser mais cuidada, pois por vezes é possível encontrar lixo nas praias. Caberá não só aos utilizadores destas praias ter em atenção para não deixar lixo espalhado nas praias, como também a autarquia tomar providências de forma a sensibilizar estes utilizadores.

**Quadro 4.22. Acessos à praia (caracterização)**

Questão 34 - Acessos à praia					
Resposta	1 - Limitados	2	3	4	5 – Bons
Percentagem	4,80%	6,50%	22,00%	28,20%	38,50%

Fonte: Elaboração própria

As praias do Município de Grândola, em geral, têm bons acessos. Tal como podemos verificar no quadro apresentado, onde são apresentados os resultados obtidos para esta questão, a maioria das respostas foram de 4 e 5 na escala apresentada.

**Quadro 4.23. Respostas da questão 36 à 40**

<b>Questão 36 à questão 40</b>					
<b>1 = nenhuns</b> <b>5= Muitos</b>	1	2	3	4	5
<b>Serviços (chuveiro, chapéus sol...)</b>	2,10%	14,00%	43,20%	28,80%	12,00%
<b>Nadadores Salvadores</b>	1,00%	4,50%	28,90%	49,10%	16,50%
<b>Animais Domésticos</b>	10,00%	41,20%	39,90%	6,90%	2,10%
<b>Barulhos nas proximidades (carros...)</b>	64,40%	28,10%	7,50%	0,00%	0,00%
<b>Ruídos (multidões, rádios, etc.)</b>	20,60%	46,40%	26,10%	5,50%	1,40%

Nota: Caracterização das praias numa escala de 1 (Nenhuns) a 5 (Muitos):

Questão 36 - Serviços (chuveiros, chapéus de sol, bares de apoio, etc.)?

Questão 37 - Nadadores Salvadores (durante a época balnear)?

Questão 38 - Presença de animais domésticos na praia?

Questão 39 - Barulhos nas proximidades (carros, comboios, etc.)?

Questão 40 - Ruídos (multidões, rádios, etc.)?

Fonte: Elaboração própria

Podemos dizer que os serviços existentes na praia são suficientes, pois a maioria das respostas concentraram-se em 3 e 4, segundo a escala apresentada, representando, no seu conjunto, 72% das respostas obtidas para esta questão. Ou seja, de uma forma global, podemos aferir que as praias do Município de Grândola são portadoras de serviços suficientes para atender às necessidades de quem as visita, no entanto, esta questão deveria ser revista individualmente, pois nem todas as praias têm os mesmos serviços.

A época balnear começa oficialmente, nas praias do Município de Grândola, no dia 15 de Junho, com exceção da praia da Comporta que oficialmente tem a sua abertura a 01 de Junho. Com a abertura oficial das praias aos banhistas, as praias concessionadas passam também a ser obrigadas a ter nadadores-salvadores que vigiem essas áreas. Segundo as respostas obtidas na questão sobre a quantidade de nadadores salvadores nas praias, podemos também aferir que são suficientes, pois a maioria das respostas concentraram-se nas escalas 3 e 4.

Apesar de ser proibida a permanência de animais domésticos nas praias, exceto em caso de cães guia e com a devida informação das autoridades competentes, verifica-se que algumas pessoas parecem não respeitar as regras, levando os seus animais para estes espaços, pois pontualmente, segundo as respostas obtidas, verifica-se a presença de animais domésticos nas praias.

Ruídos e barulhos nas proximidades são praticamente inexistentes para as pessoas que visitam as praias do Município de Grândola.

**Quadro 4.24. Intensidade do uso da praia (caracterização)**

<b>Questão - 41 Intensidade do uso da praia</b>					
<b>Resposta</b>	1 - Espaço aberto	2	3	4	5 - Superlotada
<b>Percentagem</b>	4,80%	9,60%	27,00%	39,20%	19,50%

Fonte: Elaboração própria

Os resultados obtidos na questão sobre a intensidade do uso das praias revela que, apesar da grande extensão de praia, a intensidade do uso das praias, durante a época balnear, é considerável, pois como podemos ver, a maior percentagem de respostas assenta na escala de 4, ou seja as praias são lotadas.

**Quadro 4.25. Classificação da praia (caracterização)**

<b>Questão 42 - Classificação da praia</b>					
<b>Resposta</b>	1 - Muito má	2	3	4	5 - Excelente
<b>Percentagem</b>	4,80%	9,60%	27,00%	39,20%	19,50%

Fonte: Elaboração própria

Muito boa, foi a classificação maioritariamente elegida pelos inquiridos com 39,2% das respostas obtidas.

Isto demonstra que estas praias são de grande qualidade para os seus utilizadores o que poderá contribuir para o Município aquando da sua promoção turística para captar novos turistas e visitantes, que acabarão por contribuir para o desenvolvimento económico da região.

## **5. CONCLUSÕES**

Considerando os objetivos pré-definidos para a investigação, após o estudo e discussão dos resultados face à bibliografia consultada, emergem as principais conclusões do trabalho.

### **5.1. CONCLUSÕES DA REVISÃO TEÓRICA**

Sendo um país onde a sua economia depende em grande parte do turismo, Portugal tem junto à sua zona costeira inúmeras oportunidades de negócio que lhe permitem atrair grandes quantidades de turistas, que por sua vez contribuem de forma direta para as economias locais e nacionais.

O desenvolvimento económico deve apenas acontecer quando a sustentabilidade dos locais explorados esteja garantida, de forma a garantir que estes espaços sejam preservados e respeitados por todos aqueles que queiram tirar partido dos mesmos, pois só desta forma se consegue assegurar a sustentabilidade e desenvolvimento destes locais. No caso das zonas costeiras, foi observado que esta é uma das áreas mais complexas e ricas, não só em termos ambientais, como também em termos culturais, pois é onde estão concentrados a maioria dos habitats.

O turismo costeiro tem vindo a crescer em grande escala ao longo das últimas décadas sendo considerado, como já foi referido, de grande importância económica nacional. Finalmente começa a ser entendida a importância dos valores naturais, paisagísticos e culturais únicos inerentes aos territórios costeiros, começando a surgir cada vez mais áreas protegidas que combinam o seu uso turístico com a sua sustentabilidade, garantindo a sua preservação para gerações futuras. Desta forma, podemos aferir que o turismo caminha para se tornar numa atividade que contribui para a preservação e sobrevivência dos espaços onde atua, retirando partido económico dos recursos existentes e, por sua vez, preservando os patrimónios natural e cultural.

Por outro lado, o turismo pode trazer impactos negativos, não só em termos ambientais, como também sociais e culturais, pois como foi visto, alguns autores defendem que o turismo pode alterar os estilos de vida e costumes locais, fazendo com que se perca a identidade da população local. Pode, também, trazer consigo impactos negativos em

termos ecológicos, sendo por isso importante sensibilizar, não só os turistas, como também os próprios locais da importância da preservação dos espaços onde atua. O principal desafio do setor do turismo é conseguir manter-se competitivo e, ao mesmo tempo, salvaguardar a sua sustentabilidade, nunca esquecendo que a competitividade depende da sustentabilidade.

Desta forma, é necessário criar regras que garantam a preservação ambiental, social e cultural. Para os espaços costeiros, surgiram regras de planeamento territorial que procuram garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico, proporcionando o mais alto grau de satisfação aos turistas, mas com a garantia de proteção dos recursos turísticos.

A capacidade de carga de cada destino deve ser entendida e respeitada, por forma a manter as características dos recursos essenciais ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas no destino, assegurando a elevada experiência do consumidor.

O Município de Grândola tem uma grande responsabilidade com, não só, a preservação das suas praias, como também na sua promoção, pois como foi referido, o turismo de Sol e Mar é considerado um dos 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo nacional. A aposta de Portugal neste “produto” faz com que o Município de Grândola se destaque como um dos principais destinos a promover, dado o seu elevado número de praias com qualidade quase inexploradas pelo ser humano.

## **5.2. CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

No que diz respeito ao perfil dos utilizadores das praias do Município de Grândola, os dados revelam que estes são maioritariamente jovens, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, estando divididos equilibradamente entre o sexo masculino e feminino.

A grande maioria dos utilizadores destas praias são os próprios residentes do Município, com 57,8% das respostas obtidas pertencentes a habitantes do concelho de Grândola.

Em termos de empregabilidade, a média de desemprego registada é semelhante à média nacional, representando no caso estudado, 13,95% da amostra obtida. Também se registou

um grande número de respostas de jovens estudantes (37,41%) o que vai ao encontro daquilo que era esperado, dada a idade da maioria dos inquiridos.

Relativamente às habilitações literárias, a grande maioria dos inquiridos são pessoas com, pelo menos, o ensino secundário completo, revelando 50,7% das respostas obtidas. Ainda 35,7% da amostra tem uma licenciatura, o que nos revela que as praias estudadas são frequentadas por um público possuidor de um considerável grau de ensino.

Analisando as preferências dos utilizadores das praias, verificámos que a atividade preferida dos inquiridos é apanhar banhos de sol e banhos de mar, o que já seria de esperar dado ser a principal atividade visualmente verificada nas nossas praias. No entanto esta foi apenas uma questão incluída nas diferentes atividades possíveis de realizar na praia, pois a amostra revelou-nos também outras preferências, tais como caminhar e observar a natureza, como sendo uma das atividades de eleição para além daquela que já foi referida. Outras atividades como *surf/bodyboard* e a pesca, embora com um menor número de respostas, são atividades referenciadas por alguns dos utilizadores destas praias, podendo comprovar no caso da pesca, como foi verificado na parte teórica, que estas águas são ricas em vida marinha e no caso do *surf/bodyboard*, as ondas que são registadas nestas praias.

Com o questionário, podemos verificar que os utilizadores das praias dizem, na sua grande maioria, não se sentir incomodados com outras pessoas que praticam outras atividades por perto, sendo que, o número de respostas negativas sobe quando são questionados se a atividade que praticam é a mesma que está a ser praticada pelo inquirido, ou seja, não se sentem de todo incomodados quando existe alguém por perto que pratique a mesma atividade.

Como já tivemos a oportunidade de constar na parte teórica, também o questionário aplicado revela-nos que estas praias são amplas, com espaços suficientes para a prática de diferentes tipos de atividades, no entanto, os utilizadores das praias defendem, na sua grande maioria, que deveria haver uma separação física das diferentes áreas, destinadas à prática dessas atividades.

Ainda assim será importante relembrar a discordância de respostas, quando comparamos as respostas da questão anterior com as respostas da questão 9 (, onde foi verificado que a maioria dos inquiridos dizia não se sentir incomodados quando existiam pessoas a praticar

outras atividades por perto, sendo por isso difícil retirar alguma conclusão prática ao confrontar as respostas às duas questões.

Também a questão 14, do questionário aplicado, relativa à distância mínima para quem pratica diferentes atividades, revelou-nos contradição com a questão 9 (“... *incomado-o ter pessoas junto a si a praticarem outras atividades?*”), pois a grande maioria das respostas foram para distâncias superiores a 5 metros.

Concluimos, desta forma, que apesar dos utilizadores das praias do Município de Grândola não se sentirem incomodados com quem pratica outras atividades na praia, gostariam de ver nela a existência de um espaço físico que delineasse os diferentes locais para cada atividade, preferencialmente separados por uma distância superior a 5 metros.

Vimos também que, preferencialmente, os utilizadores destas praias optam por um mar com alguma ondulação, desde que não seja exagerada. A ondulação é essencial para a prática de algumas atividades desportivas possíveis de se realizar nas praias, tais como o *surf* e *bodyboard*, que dependem da ondulação para a sua realização.

Relativamente à força do vento, verificámos que é preferencial que o vento sopra fraco, ou não sopra de todo, parecendo-nos, com a amostra obtida, que a sua direção é pouco relevante, dado a harmonia verificada nas respostas nos ventos Este, Sul e Oeste, com exceção do vento Norte que foi o menos preferido.

Embora saibamos que o vento influencia diretamente atividades como o *surf/bodyboard*, pesca, *windsurf* e outras, as respostas obtidas para estas modalidades, comparativamente com a questão anterior, não são suficientemente significativas para poder retirar qualquer tipo de conclusões. O mesmo acontece com a direção do vento, força das correntes marítimas e amplitude das marés, que analisamos de seguida.

Tal como acontece com a força do vento, o mesmo acontece com a força das correntes marítimas, ou seja, os utilizadores preferem um mar com correntes fracas ou sem correntes de todo.

A questão das amplitudes das marés revela-nos grande preferência, dos utilizadores das praias, pela meia maré.

Ainda analisando as preferências dos utilizadores das praias verificamos que, estas praias são escolhidas por serem praias limpas, com águas limpas e cristalinas, com fauna e flora e ausência de cheiros incómodos.

Revelou-se pouco comum a existência de alforrecas na água, mas os peixes-aranha parecem existir com alguma frequência nas águas destas praias.

Esporadicamente verifica-se a existência de algas nas águas.

Relativamente às pragas, como por exemplo os mosquitos, parece também registar-se com alguma frequência a presença destes insetos nestas praias.

Observámos também que é pouco comum existir lixo na praia, sendo ainda menos comum existirem bolas de petróleo/alcatrão, ou vidros/entulho espalhados, ficando assim comprovada a beleza natural quase inexplorada pelo ser humano, no que diz respeito à costa do Município de Grândola.

Concluimos também que as praias do Município de Grândola possuem bons acessos. Os serviços existentes nas praias são suficientes para o número de pessoas que as visitam, tal como o número de nadadores salvadores observados nos meses de verão.

Embora em pequena quantidade, registam-se alguns animais de estimação nas praias.

Quase que não se detetam barulhos nas proximidades ou ruídos, significando que estas praias estão praticamente inseridas ainda no seu ambiente natural, sem grande intervenção humana.

Concluimos ainda que durante a época balnear, estas praias são muito procuradas, sendo considerada por muitos, praias quase superlotadas.

De uma forma geral, os utilizadores das praias do Município de Grândola consideram estas praias como sendo muito boas, o que poderá facilmente ajudar a promoção deste “produto” para o destino em causa - Município de Grândola

### 5.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a presente investigação procurou responder às questões inicialmente colocadas, sendo elas:

- *As praias do Município de Grândola são suficientemente espaçosas, para a prática de diferentes tipos de atividades?*
- *Deveria existir alguma separação física para delinear áreas diferentes para cada tipo de atividade?*
- *Qual o perfil do utilizador das praias do Município de Grândola?*
- *Serão as praias potencialmente interessantes numa perspetiva de produto para o turismo da costa alentejana?*

Podemos afirmar que, com toda a investigação teórica e prática, concluímos que as praias do Município de Grândola são amplas e espaçosas mas, os seus utilizadores gostariam de ver nelas incluídas delimitações físicas, destinadas à prática de diferentes tipos de atividades, que respeitasse o espaço de cada indivíduo, ou grupo de indivíduos. Desta forma, ao existirem diferentes locais na praia, destinados à realização de cada atividade, os utilizadores das praias acabariam por tirar um melhor proveito da mesma, podendo utilizar os espaços destinados às suas atividades preferidas.

Verificou-se também que os utilizadores das praias do Município de Grândola parecem estar sensibilizados para a importância da sustentabilidade destes espaços, pois como vimos, para além da motivação principal de ir à praia para praticar banhos de sol/banhos de mar, os utilizadores mostram também outras motivações, como caminhar, observar a flora e a fauna, pescar, *surf/bodyboard*, que são atividades que estão diretamente interligadas com a sustentabilidade e preservação da natureza.

As praias do município de Grândola são utilizadas essencialmente por pessoas de todas as idades, com um considerável grau académico. São essencialmente utilizadores que vivem nas proximidades (Grândola, Setúbal, etc.), maioritariamente estudantes ou trabalhadores por conta de outrem.

Finalmente, com este estudo, podemos concluir que o produto “praia” está a caminhar para a sua consolidação como sendo essencial para a promoção turística de, não só de Portugal, mas principalmente para Município de Grândola e Costa Alentejana.

Destinos que tenham neles produtos de qualidade, como é o caso das praias estudadas, poderão facilmente promover os seus produtos e marcar nos principais guias turísticos os seus nomes como locais de passagem obrigatória, para quem procure encontrar uma boa e variada oferta de praias.

Haverá ainda muito trabalho a ser feito por parte das entidades que regulam estes espaços, criando novas leis e assegurando que as atuais leis são respeitadas por forma a garantir a sua preservação. No entanto, caberá aos turistas/utilizadores respeitar o seu uso, de modo a que se preserve e respeite a natureza destes espaços, captando a sua essência para futuros utilizadores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente- Abertura da época balnear. Acedido a 26 de Setembro de 2013 em <http://www.apambiente.pt>

Agência Portuguesa do Ambiente- Informação das praias em estudo . Acedido a 26 de Setembro de 2013 em <http://www.apambiente.pt/>

Bastos, M. R., Dias, J.A., Baptista, M., Batista, C. (2012). *Ocupação do Litoral do Alentejo, Portugal: Passado e presente*. Revista da Gestão Costeira Integrada 12:1, 99-116. Acedido a 8 de Abril de 2013 em <http://www.aprh.pt/rgci/rgci307.html>.

Bicudo, P., Horta, A., (2009). Integrating Surfing in the Socio-economic and Morphology and Coastal Dynamic Impacts of the Environmental Evaluation of Coastal Projects. *Journal of Coastal Research*. SI 56, 1115-1119.

Câmara Municipal de Grândola- Dados estatísticos de Grândola e mapa. Acedido a 26 de Outubro de 2013 em <http://www.cm-grandola.pt/PT/Concelho/DadosEstatisticos/Documents/>

Câmara Municipal de Grândola- Terceira maior extensão de praia do mundo. Acedido a 15 de Setembro de 2014 em <http://www.cm-grandola.pt/PT/Actualidade/Noticias/>

CCE – Comissão das Comunidades Europeias (2006), *Livro Verde – Para uma política marítima da União: Uma visão europeia para os oceanos e os mares*, COM, 275 final, Volume II – Anexo, Bruxelas.

CE, Comissão Europeia (2012). *Crescimento Azul: Oportunidades para um crescimento marinho e marítimo sustentável*, COM, 494 final, Bruxelas

*Comissão Europeia-Direcção-Geral da Pesca e dos Assuntos Marítimos (2012). Política Marítima da União Europeia, Factos & Números – Portugal*. Bruxelas.

COTEC (2012). *Blue Growth for Portugal: Uma visão empresarial da economia do mar*. Lisboa: COTEC.

Decreto Lei nº 82/09 de 8 de Setembro. *Diário da República nº174 – I Série* Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto Lei nº 136/99 de 29 de Outubro. *Diário da República nº253 – I Série* Presidência do Conselho de Ministros.

Dias, F., Soifer, J., Ferreira, L. (2009). *O Futuro do Turismo – Território, Património, Planeamento*. Editora: Estratégias Criativas.

Douglas – Westwood (2005). *World Marine Markets–Volume 1*, report nr. 328-05.

Ecorys (2012). *Blue Growth – Scenarios and drivers for Sustainable Growth from the Oceans, Seas and Coasts. Final Report*, Ecorys/DG MARE, Roterdão/Bruxelas

Ecorys (2013). *Study in support of policy measures for maritime and coastal tourism at EU level – Final Report*, Ecorys/DG MARE, Roterdão/Bruxelas.

Fernandes, I., Coelho, M. (2002). *Economia do Turismo – teoria e prática*. Elsevier Editora,Ltda.

Filho, M., Silva-Cavalcanti, J., Araujo, M., Silva, A. (2011). Avaliação da percepção pública na contaminação por lixo marinho de acordo com o perfil do usuário: Estudo de caso em uma praia urbana no nordeste do Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 11(1), 49-55. Acedido a 8 de Abril de 2013 em [http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-190\\_Filho.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-190_Filho.pdf).

Gamito, T., (2009). Desenvolvimento da Economia do Mar: Turismo Marítimo, *Nação e Defesa*, 122 (4), 43-60.

Gomes, F.V., et al. (2007). *GIZC- Bases para a estratégia de gestão integrada da zona costeira nacional*. Editora: Ministério do Ambiente, do Ornamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Hall. C.M. (2001). Trends in ocean and coastal tourism: the end of the last frontier? *Ocean & Coastal Management*, 44, 601–618

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (1998). Programa Nacional de Turismo de Natureza. Acedido a 24 de Outubro de 2013 em <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/ts/pntn>.

Kolb, B. (2006). *Tourism marketing for cities and towns*. Burlington: Butterworth–Heinemann.

Litoral Alentejano- Concelhos. Acedido a 21 de Setembro de 2013 em <http://litoral-alentejano.com/pt/concelhos/>

Markovic, M., Satta,A., Skaricic, Z., Trumbic, I. (2009). *Sustainable coastal tourism: An integrated planning and management approach*. United Nations Environment Programme.

Mensah, M., Fosu-Mensah, B., Yirenya-Tawiah, D. (2014). Assessing public perception of beach quality for ecotourism development: A case study in Kokrobite beach in the Greater Accra region, Ghana. *Journal of Environment and Earth Science*, 4 (11), 58:67.

Neto, S., Silva, I., Cerqueira, M., Tinôco, M. (2011). Perfil socioeconómico de usuários de praia e percepção sobre a poluição por lixo marinho: Praia do Porto da Barra, BA, Brasil. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 11(2), 197-206. Acedido a 8 de Abril de 2013 em [http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-240\\_Neto.pdf](http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-240_Neto.pdf)

Neves, F.N. (2009). *Turismo Sustentável e Ecoturismo em Zonas Costeiras- Estudo: Barra e S. Jacinto*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Portugal.

Organização Mundial do Turismo (OMT). Acedido a 21 de Outubro de 2013 em <http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo>

Oh, C., Draper, J., Dixon, A.W. (2009). Assessing Tourists' Multi-Attribute Preferences for Public Beach Access. *Coastal Management*, 37 (2), 119-135.

Onofri, L., Nunes, P. (2013). Beach 'lovers' and 'greens': A worldwide empirical analysis of coastal tourism. *Ecological Economics*, 88, 49–56. Acedido a 4 de Janeiro de 2014 em <http://www.sciencedirect.com/science/journal/09218009>.

Phillips, M., House C. (2009). An evaluation of priorities for beach tourism: Case studies from South Wales, UK. *Tourism Management*, 30, 176–183.

Provinciali, V., Saraiva, L., Campos, W. (2010). La Economía en las playas de Sergipe (Brasil): Desde el punto de vista de quienes las frecuentan. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 19, 63-82.

Ramos, P., (2014). *Surf como promotor de preservação ambiental: estudo de caso do litoral Português*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Economia- Universidade do Porto.

Roca, E., Villares, M. (2008). Public perceptions for evaluating beach quality in urban and semi-natural environments. *Ocean & Coastal Management*, 51, 314-329 acedido a 5 de Janeiro de 2014 em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com)

Roca, E., Villares, M., Ortego, M. (2009). Assessing public perceptions on beach quality according to beach users' profile: A case study in the Costa Brava (Spain). *Tourism Management*, 30, 598–607. Acedido a 5 de Janeiro de 2014 em [www.sciencedirect.com](http://www.sciencedirect.com)

[Santos, F., Miranda, P. \(2006\). \*Alterações Climáticas em Portugal- Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação: Projecto SIAM II\*. Lisboa: Gradiva.](#)

SaeR. (2009). *O Hypercluster da Economia do Mar: Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa*. Lisboa, SaeR/ACL.

Schlacher, T.A. et al. (2007). Sandy beaches at the brink. *Diversity and Distributions* 13, 556–560.

Silva, I., Bittencourt, A, Dias, J., Filho, J. (2012). *Qualidade recreacional e capacidade de carga das praias do litoral norte do estado da Bahia, Brasil*. Revista da Gestão Costeira Integrada 12(2):131-146. Acedido a 8 de Abril de 2013 em <http://www.aprh.pt/rgci/rgci297.html>.

Turismo de Portugal- PENT. Acedido a 30 de Outubro de 2013 em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf>

UNEP (2009). *Sustainable coastal tourism: An integrated planning and management approach*. United Nations Environment Programme.

Vaz, B., Williams, A., Pereira da Silva, C., Phillips, M. (2009). The importance of user's perception for beach management, *Journal of Coastal Research*, 56, 1164-1168.

Vieira, J. (2007). *Planeamento e ordenamento territorial do Turismo – Uma perspectiva estratégica*. Editorial Verbo.

Wesley, A., Pforr, C. (2010). The governance of coastal tourism: unravelling the layers of complexity at Smiths Beach, *Western Australia. Journal of Sustainable Tourism*, 18 (6), 773-792.

World Tourism Organization (1996). *Awards for improving the coastal environment: the example of the blue flag*, World Tourism Organization, Madrid

## APÊNDICES

## APÊNDICE I

### Questionário

#### Gestão de espaços costeiros

O questionário que se segue encontra-se integrado numa investigação para a tese de Mestrado em Marketing e Promoção Turística, de Adriano Sobral, da Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar, sob a orientação do Prof. Doutor João Paulo Jorge, tendo como objetivo perceber até que ponto existe, ou não, a necessidade de delinear diferentes espaços para diferentes públicos nas praias. A sua participação é voluntária, sendo assegurado o anonimato dos seus dados pessoais e das suas respostas. Desde já agradecemos a sua disponibilidade e colaboração no presente estudo.

\* Required

Sexo \*

- Masculino
- Feminino

Idade \*

Concelho de residência \_\_\_\_\_

Habilitações Literárias \*

- Sabe ler e escrever, mas não completou o 1º Ciclo do ensino básico
- Ensino Básico
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Mestrado/Doutoramento

Atividade profissional \*

- Trabalhador por conta de outrem
- Profissional liberal/Empresário(a)

- Estudante
- Desempregado(a)
- Reformado(a)

Inquérito relativo á Gestão dos espaços costeiros

Costuma frequentar alguma destas praias no seu tempo livre ou férias? Praia Bico das lulas (Troia); Praia da Comporta; Praia do Carvalhal; Praia da Galé; Praia de Melides

- Sim
- Não (caso a sua resposta seja negativa, por favor, termine o seu questionário sem responder às restantes questões)

Que tipo de atividade costuma praticar quando vai à praia

- Banhos de sol/banhos de mar
- Surf / Bodyboard*
- Pesca
- Caminhar
- Observar natureza
- Outra atividade

Caso tenha selecionado mais do que uma atividade, indique aquela que é mais frequente praticar. \_\_\_\_\_

Tendo em conta a(s) atividade(s) que costuma praticar quando vai à praia, incomoda-o(a) ter pessoas junto a si a praticarem outras atividades?

- Sim
- Não
- Indiferente

E se for a mesma atividade, sente-se incomodado(a)?

- Sim
- Não
- Indiferente

Em qual das praias pratica com mais frequência essa(s) atividade(s)?

- Praia Bico das Lulas (Tróia)
- Praia da Comporta
- Praia do Carvalhal
- Praia da Galé
- Praia de Melides

Considera que a praia tem espaços suficientes para que as pessoas possam praticar diferentes tipos de atividades como *surf*, pesca, natação, etc?

- Sim
- Não

Considera que deveria haver uma separação física que indicasse locais específicos para cada tipo de atividade? Exemplo: zona para desportos, zona para banhos, zona de embarcações, etc.

- Sim
- Não
- Indiferente

Qual é, na sua opinião, a distância mínima que deveria haver para pessoas que estejam na praia a praticar diferentes tipos de atividades?

- <5m
- Entre 5m a 10m
- Entre 10m a 15m
- Entre 15m a 20m
- >20m

Tendo em conta a praia seleccionada, responda às seguintes questões com base nas escalas indicadas.

Qual a sua preferência?

Tamanho das ondas

- Sem ondas
- Ondas pequenas
- Ondas médias
- Ondas grandes

Força do vento

- Sem vento
- Vento fraco
- Vento moderado
- Vento forte

Direção do vento

- Este
- Oeste
- Norte

Sul

Correntes

Sem correntes

Corrente fraca

Corrente moderada

Corrente forte

Amplitude das marés

Baixa

Média

Alta

Água limpa e cristalina

1 2 3 4 5

Nada importante      Muito importante

Ausência de cheiros incomodativos (exemplo: peixe podre, algas, etc.)

1 2 3 4 5

Nada importante      Importante

Praia limpa e cuidada (resíduos flutuantes / lixo)

1 2 3 4 5

Nada importante      Muito importante

Existência de fauna (exemplo: aves marinhas)

1 2 3 4 5

Nada importante      Muito Importante

Caracterize a praia tendo em conta os seguintes fatores e a sua opinião pessoal.

Forma da praia

1 2 3 4 5

Em linha reta      Curva

Exposição aos ventos dominantes

1 2 3 4 5

Abrigada      Muito ventosa

Algas na água

1 2 3 4 5

Raro      Abundante

Existência de pragas (mosquitos, moscas, carraços)

1 2 3 4 5

Raro      Abundante

Alforrecas

1 2 3 4 5

Raro      Abundante

Existência de peixes-aranha

1 2 3 4 5

Raro      Abundante

Fatores humanos e seus impactos

Lixo na praia (papel, plástico, redes, cordas, tábuas, etc.)

1 2 3 4 5

Inexistente      Abundante

Bolas de petróleo e alcatrão

1 2 3 4 5

Inexistente      Abundante

Vidros ou entulho

1 2 3 4 5

Inexistente      Abundante

Edifícios / Urbanismo

1 2 3 4 5

Selvagem      Muito desenvolvido

Acessos

1 2 3 4 5

Limitados      Bons

Vegetação / árvores (nas proximidades)

1 2 3 4 5

Escassa      Em excesso

Serviços (chuveiros, chapéus de sol, bares de apoio, etc.)

1 2 3 4 5

Nenhuns      Muitos

Nadadores Salvadores (durante a época balnear)

1 2 3 4 5

Nenhuns      Muitos

Presença de animais domésticos na praia

1 2 3 4 5

Nenhuns      Muitos

Barulhos nas proximidades (carros, comboios, etc.)

1 2 3 4 5

Nenhuns      Muitos

Ruídos (multidões, rádios, etc.)

1 2 3 4 5

Nenhuns      Muitos

Intensidade do uso da praia (durante a época balnear)

1 2 3 4 5

Espaço aberto e amplo      Superlotada

De um modo geral classifique a praia tendo em conta a sua opinião pessoal

1 2 3 4 5

Muito má      Excelente